

**PAULUS VINICIUS DA SILVA**

**DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES VINCULADOS AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS  
DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT**

**TANGARÁ DA SERRA/MT – BRASIL  
2017**

**PAULUS VINICIUS DA SILVA**

**DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES VINCULADOS AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS  
DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Cleci Crzebieluckas

**TANGARÁ DA SERRA/MT – BRASIL  
2017**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

S586d SILVA, Paulus Vinicius da.  
Dinâmica Socioeconômica e Ambiental dos Agricultores Familiares Vinculados Ao Programa de Aquisição de Alimentos do Município de Diamantino-Mt / Paulus Vinicius da Silva - Tangará da Serra, 2017.  
65 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado) Interdisciplinar em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas, Engenharia e da Saúde, Câmpus de Tangara da Serra, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2017.

Orientador: Cleci Crzebieluckas

1. Agricultura Familiar. 2. Perfil Socioeconômico e Ambiental. 3. Percepção e Entraves. I. Paulus Vinicius da Silva. II. Dinâmica Socioeconômica e Ambiental dos Agricultores Familiares Vinculados Ao Programa de Aquisição de Alimentos do Município de Diamantino-Mt: .

CDU 631.115.1

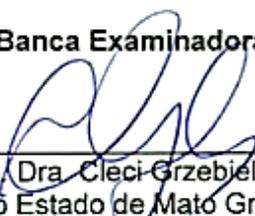
**PAULUS VINICIUS DA SILVA**

**“DINÂMICA SOCIOECONOMICA E AMBIENTAL DOS AGRICULTORES  
FAMILIARES VINCULADOS AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE  
ALIMENTOS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT”**

Dissertação apresentada à  
Universidade do Estado de Mato  
Grosso, como parte das exigências  
do Programa de Pós-graduação  
*Stricto Sensu* em Ambiente e  
Sistemas de Produção Agrícola para  
obtenção do título de Mestre.

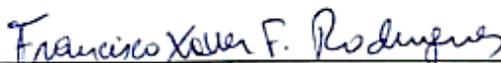
Aprovada em 30 de outubro de 2017.

**Banca Examinadora**



---

Profa. Dra. Cleci Grzebieluckas  
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT  
Orientador



---

Prof. Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues  
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT  
Membro externo



---

Prof. Dr. Raimundo Nonato Cunha de França  
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT  
Membro interno

**TANGARÁ DA SERRA/MT – BRASIL**

**2017**

## **DEDICATÓRIA**

Em memória de Terezinha Aparecida de Souza, mulher valente, persistente, valorosa, meu espelho, inspiração, orgulho, por respeito aos seus cuidados e amor, minha mainha, eternas saudades.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a DEUS, por me sustentar quando pensava que não aguentaria e por momentos que quase desisti.

À minha família, Cristiane Batista de Almeida Silva esposa idônea, sábia e dedicada ao meu cuidado, Kerolynn Cristinny Almeida da Silva, filha exemplar e obediente.

Aos meus pastores Agnaldo Ferreira Borges por me acolher em seu íntimo e Francisco Nijini pelas orações e sabias orientações.

Aos Agricultores Familiares do município de Diamantino-MT pela receptividade e acolhimento em todas as visitas.

À professora e orientadora Cleci Grzebieluckas por me acolher e instruir na construção deste trabalho.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, representada aqui pelo corpo docente do Programa de Ambientes e Sistemas de Produção Agrícola – PPGASP, pelo acolhimento e oportunidade.

Aos amigos e colegas que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho, meu obrigado.

## EPÍGRAFE

1 AINDA que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse AMOR, seria como o metal que soa ou como o sino que tine.

2 E ainda que tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse AMOR, nada seria.

3 E ainda que distribuísse toda a minha fortuna para sustento dos pobres, e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, e não tivesse AMOR, nada disso me aproveitaria.

4 O AMOR é sofredor, é benigno; o AMOR não é invejoso; o AMOR não trata com leviandade, não se ensoberbece.

5 Não se porta com indecência, não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal;

6 Não folga com a injustiça, mas folga com a verdade;

7 Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.

(1º Coríntios 13:1-7)

## LISTA DE FIGURA

Figura 1. Localização da área pesquisada..... 23

Figura 2. Área de vegetação nativa das propriedades..... 32

Figura 1. Localização da área pesquisada..... 45

Figura 2. Movimentação financeira do PAA em Diamantino-MT..... 47

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição da idade dos participantes PAA .....	27
Tabela 2. Distribuição escolaridade dos agricultores participantes do PAA.....	28
Tabela 3. Distribuição de idade dos residentes por unidade familiar .....	29
Tabela 4. Distribuição da renda familiar da propriedade.....	30
Tabela 5. Distribuição do uso de fertilizante na produção.....	31
Tabela 1. Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos PAA .....	43
Tabela 2. Realizou melhorias na propriedade depois da participação no PAA...	50
Tabela 3. Entraves do PAA percebidos pelos participantes.....	51

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Políticas Públicas voltadas para a Agricultura Familiar .....	22
Quadro 2. Distribuição dos participantes por comunidade.....	24
Quadro 1. Distribuição dos participantes por comunidade.....	46
Quadro 2. Percepção de alguns entrevistados quanto ao valor da cota de comercialização.....	52
Quadro 3. Percepção de alguns entrevistados quanto à morosidade nos processos de gestão e pagamentos.....	52
Quadro 4. Percepção de alguns entrevistados quanto ausência de assistência técnica durante o processo de produção.....	53

## LISTA DE SIGLAS

CDS – Compra Doação Simultânea  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso  
EMPAER – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  
FID – Faculdade Integrada de Diamantino  
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural  
GGPAA – Grupo Gestor do Programa de Aquisição Alimentos  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MEC – Ministério da Educação  
PA – Projeto de Assentamento  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PAIF – Programa de Atenção Integral à Família  
PE – Projeto Estadual  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária  
PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SEAD – Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário  
SECITEC – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia  
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
TED – Termos de Execução Descentralizada  
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso  
UFMT – Universidade do Estado de Mato Grosso  
UAB – Universidade Aberta do Brasil

## SUMÁRIO

Lista de figuras.....	8
Lista de tabelas.....	9
Lista de quadros.....	10
Lista de siglas.....	11
Resumo.....	13
Abstract.....	14
Introdução geral.....	15
Artigo I - Perfil Socioeconômico e Ambiental dos Agricultores Familiares participantes do PAA no município de Diamantino-MT.....	18
Artigo II - Entraves e Benefícios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Diamantino-MT.....	40
Considerações Gerais.....	59
Apêndice A.1.....	60
Apêndice A.1.1.....	61
Apêndice A.2.....	62
Apêndice A.2.1.....	64
Apêndice A.2.2 .....	65

## RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar as dinâmicas socioeconômica e ambiental, bem como a percepção dos agricultores familiares vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do município de Diamantino-MT. A modalidade do programa escolhida para estudado foi compra com doação simultânea, referente ao projeto executado no período 2014/2016. A coleta dos dados se deu por observação *in loco* nas propriedades, entrevistas, formulários semiestruturados com perguntas abertas e fechadas e registro fotográfico. Os dados foram interpretados através da análise de conteúdo, estatística descritiva, frequência absoluta e relativa. Constatou-se que a maioria dos entrevistados possui ensino fundamental incompleto, se preocupam com as questões ambientais, pois praticam rotação e consórcio de culturas, evitam queimadas, plantam árvores etc. A infraestrutura das propriedades é de alvenaria, com acesso a energia elétrica, porém, sem saneamento e a renda familiar varia de um a dois salários mínimos. A participação da mulher no programa é um ponto positivo, pois supera o estabelecido na resolução do Programa. Em relação a esta política pública, os agricultores demonstraram que influencia positivamente, garante a comercialização com preço justo, permanência na propriedade, aumento e a diversificação da produção e conseqüentemente a renda, proporcionando ampliação da residência, aquisição de equipamentos, veículo, saldar dívidas e melhorias de infraestrutura em geral. Por outro lado, os entraves percebidos foram o baixo valor da cota de comercialização, morosidade na gestão e ausência de assistência técnica no processo de produção.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, Perfil socioeconômico e ambiental, Percepção e entraves.

## ABSTRACT

The objective of the study was to analyze the socioeconomic and environmental dynamics and the perception of the family farmers linked to the Food Acquisition Program (PAA) of the municipality of Diamantino-MT. The modality of the studied program was purchase with simultaneous donation referring to the period (2014/2016). The data collection was done by inloque observation in the properties, interviews and semistructured forms with open and closed questions, as well as photographic record. Data were interpreted through content analysis, descriptive statistics, absolute and relative frequency. It was verified that most of the interviewees have incomplete primary education, they are concerned with environmental issues, because they practice crop rotation and consortium, avoid burning, plant trees, etc. The infrastructure of the properties is masonry with access to electric power, but without sanitation and the family income varies from one to two minimum wages. The participation of women in the program is a positive point, as it exceeds that established in the resolution. In relation to this public policy, the farmers demonstrated that it influences positively, as it guarantees the fair price sale, permanence in the property, increase and the diversification of the production and consequently the income, providing magnification of the residence, acquisition of equipment, vehicle, saldar debts and infrastructure improvements in general. On the other hand, the perceived obstacles were the low value of the marketing quota, slowness in the management and absence of technical assistance in the production process.

**Keywords:** Family agriculture, Socioeconomic and environmental profile, Perception and barriers.

## INTRODUÇÃO GERAL

A lógica de funcionamento interno da unidade familiar apoia-se no equilíbrio entre consumo e trabalho, caracterizando uma microeconomia particular, em que o volume de atividade é função direta ao número de consumidores familiares e não ao de trabalhadores. Diferem-se nos aspectos diversidade produtiva, comercial, cognitiva, tecnológica, ambiental, energética e cultural (SOUZA et al, 2006; GALVÃO et al, 2005).

Portanto, é um universo profundamente heterogêneo em termos regionais, disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração e acumulação, pois adota múltiplas funções em seu sistema de produção (BUAINAIN et al, 2003). Além do mais, alia práticas produtivas ecologicamente mais sustentáveis, diversificação de produtos, menor utilização de insumos, produzindo alimentos mais saudáveis para o consumo (LIMA, 2010).

A agricultura familiar é uma unidade de produção para consumo e reprodução social (DENARDI, 2001). A movimentação das mercadorias converte-se em dinheiro utilizado na compra de outros produtos que não são produzidos pela família, satisfazendo as necessidades, em que se produz e consome na mesma unidade familiar (CHAYANOV, 2014).

O segmento inclui assentados, agricultores de subsistência, agricultores integrados, arrendatários, posseiros, meeiros, colonos que administram e trabalham no próprio estabelecimento (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2007). Muito mais que um segmento econômico e social, a agricultura familiar pode proporcionar melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável, ação contra a pobreza, atributos cuja natureza envolvem a adesão de valores éticos e morais que proporcionam coesão à ação extensionista. Incorpora a primazia do desenvolvimento e do poder local, bem como a ideia de que neste plano os negócios públicos podem ser geridos com a participação direta dos cidadãos (ABRAMOVAY, 1998).

Por muito tempo o meio rural atuou como fonte de diversos conflitos fazendo o tema gerar debates na comunidade acadêmica, entre militantes de movimentos e organizações sociais, responsáveis pelas conquistas das políticas públicas voltadas à agricultura e o meio rural. A partir de então começaram surgir soluções relacionadas à melhoria do emprego e qualidade de vida no campo (WANDERLEY,

2001), aliadas a efetivação de políticas públicas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA, 2015).

Neste contexto, a pesquisa objetiva analisar as dinâmicas socioeconômica e ambiental, assim como a percepção dos agricultores familiares vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do município de Diamantino-MT. Dessa forma foi a pesquisa subdividida em dois artigos específicos:

O primeiro artigo consiste em: descrever o perfil socioeconômico e ambiental dos agricultores familiares e identificar os alimentos produzidos e comercializados pelos participantes do programa.

Já o segundo artigo objetiva: apresentar as percepções dos agricultores familiares do programa e identificar os entraves e benefícios do Programa.

Justifica-se o estudo visto que em 2016 a agricultura familiar movimentou por meio do Programa de Aquisição de Alimentos R\$197,5 milhões, deste montante, em torno de 95,16%, foram destinados à Compra de alimentos com Doação Simultânea (CDS), e ao longo de 2017 e 2018 serão entregues em escolas, hospitais, restaurantes, cozinhas comunitárias, presídios e outras instituições um total de 75.386.418 kg de alimentos (PORTAL BRASIL, 2015).

Justifica-se, ainda, em razão da agricultura familiar ser um segmento essencial na produção e diversificação de alimentos, geração de emprego, renda, conservação ambiental entre outros. Portanto, faz-se necessário conhecer melhor as dinâmicas produtivas dos agricultores de Diamantino vinculados ao PAA, bem como o ponto de vista deles em relação ao programa, pois estudos desta natureza neste município ainda são incipientes. Acredita-se que o estudo poderá contribuir para a criação de novas estratégias e políticas públicas que incentivem a vida no campo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Debates. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.

BRASIL. Ministerio do Desenvolvimento Agrário: **Plano Safra 2016/2017**. Brasília, DF; MDS, 2016. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha\\_plano\\_safra\\_2016\\_2017\\_1.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safra_2016_2017_1.pdf)>. Acesso em 21/06/2017.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. **Agricultura familiar recebeu R\$ 197,5 milhões em 2016**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2017/01/agricultura-familiar-recebeu-r-197-5-milhoes-em-2016>>. Acesso em 21/06/2017.

BUAINAIN, A. M; et al. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

CAMARANO, A; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos**. Rev. Bras. Estudos Pop., Brasília, 15(2), 1998.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). Tradução de Manuel Villa verde Cabral. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Agroecológico e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

GALVÃO, E. U. et al. Análise da renda e da mão-de-obra nas unidades Agrícolas familiares da comunidade de nova colônia, município de Capitão Poço, Pará. Amazônia: **Ci & Desenvolvimento**. Belém, v.1, n.1, jul. /dez. 2005.

LIMA, R. M. **Perfil socioeconômico dos produtores rurais do Assentamento fleixeirinhas, em Texeiras, Alagoas**. UFA, Centro de Ciências Agrárias. Rio Largo, Alagoas, 2010.

MOTA, D. M et al. **Pesquisa e Agricultura Familiar: Contribuição para o Debate**. Raízes, Campina Grande, vol. 26, nº 1 e 2, p. 128–139, jan./dez. 2007.

SOUSA, I. S. et al. Agricultura Familiar na Dinâmica da Pesquisa Agropecuária. **Embrapa**, Brasília, DF. 2006.

WANDERLEY, M. N. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Consejo Latino-americano de Ciências Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires-Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES  
PARTICIPANTES DO PAA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT**

**SOCIOECONOMIC AND ENVIRONMENTAL PROFILE OF FAMILY FARMERS  
PARTICIPATING IN THE PAA IN THE MUNICIPALITY OF DIAMANTINO-MT**

[Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional]

**Resumo:** O objetivo do estudo foi descrever o perfil socioeconômico e ambiental dos agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de Diamantino-MT. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualiquantitativa que usou como instrumentos de coleta formulário e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa foi realizada com todos os produtores rurais ligados ao PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) do município, com representantes da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) e com um líder comunitário. Identificou-se que a maioria dos agricultores familiares possui idade superior a 30 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar de até dois salários mínimos, a moradia é considerada boa e todos têm energia elétrica. Quanto às formas de produção todos utilizam algum tipo de agrotóxico seja para insetos, doenças ou ervas daninhas, também, adotam práticas alternativas como o caldo de fumo, urina de gado entre outros. A maioria realiza adubação orgânica e rotação de culturas, alguns já trabalham com o Sistema Agroflorestal (SAF's) e outros com consórcio. As queimadas para plantio são realizadas pela minoria e em pequenas áreas.

**Palavras-chave:** Programa de Aquisição Alimentos. Políticas Públicas. Agricultura Contemporânea.

**Abstract:** The aim of the study was to describe the socioeconomic and environmental profile of family farmers participating in the food acquisition program called *Programa de Aquisição de Alimento* (PAA) in Diamantino-. It is a descriptive research with a qualitative-quantitative approach that used as collection tools the forms and semi-structured interviews. The research was carried out with all the rural producers signed in the PAA in modality named Simultaneous Donation Purchase (SDP) of the municipality, with representatives of EMPAER (Company of Research, Assistance and Rural Extension of Mato Grosso) and with a community leader. We identified that the majority of family farmers are over 30 years of age, incomplete elementary education, family income of up to two minimum wages, housing is considered good and they all have access to electricity. Considering the forms of production, all of them use some type of pesticide, whether for insects, diseases or weeds, they also adopt alternative practices such as smoke broth, cattle urine and others. Most of them do organic fertilization and crop rotation, some already work with the Agroforestry System (SAF's) and others with a consortium. Burning of plantation has been carried out by the minority and in small areas.

**Key-words:** Food Acquisition Program. Public policy. Contemporary Agriculture.

## 1. Introdução

Articulando de diversas formas e intensidades entre seus elementos família, terra e trabalho, a agricultura familiar adapta-se aos diferentes contextos sociais, econômicos e políticos (SANGALLI et. al., 2014). O segmento é uma poderosa ferramenta para garantir a segurança alimentar da população mundial e gerações futuras. Desta forma, seu fortalecimento é um elemento chave para reduzir a fome e a pobreza, desde que o segmento tenha acesso a terra, água, mercados, tecnologias e crédito (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO, 2009).

Caracteriza-se como agricultor ou empreendedor familiar rural aquele que pratica atividade no meio rural atendendo, concomitantemente, os seguintes requisitos: não deter área superior a quatro módulos fiscais; ter mão de obra predominantemente da própria família nas atividades econômicas com renda originada da propriedade, que deve ser administrada pela família (BRASIL, 2006). Ainda são considerados agricultores familiares os silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável; aquicultores que exploram reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupam até 500m<sup>3</sup> de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural (BRASIL, 2006).

No período de 1995 a 2005 a agricultura familiar respondeu por aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto (PIB) (GUILHOTO et al, 2005). É responsável por produzir 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 50% da carne de aves e 46% do milho no país (IBGE, 2006).

Toda esta representatividade exerce influência na geração de emprego, produção de alimentos, redução do êxodo rural, fortalecimento da renda familiar, oportunizando a organização social do espaço agrário, aliado a práticas agrícolas mais equilibradas ambientalmente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (MALUF, 2004; GUILHOTO et al, 2007; PEREIRA, 2010; CONAB, 2012; SANGALLI et al, 2014). A determinação dos agricultores e o avanço das políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) têm contribuído para o avanço da produção, melhoria da qualidade de vida no campo e redução da fome. Na safra 2015/2016 foram investidos em torno

de R\$ 28,9 bilhões de reais neste setor (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2015).

Neste contexto, diante da importância produtiva e social que a agricultura familiar representa, o estudo tem como objetivo descrever o perfil socioeconômico e ambiental dos agricultores familiares participantes do PAA no município de Diamantino-MT. Apesar de sua relevância, a agricultura familiar encontra obstáculos que limitam o desenvolvimento do segmento no mercado competitivo (SOUZA et al, 2011), sendo assim, torna-se necessário conhecer melhor o perfil desses agricultores, como vivem, suas dificuldades, anseios e perspectivas.

## **2. SUPORTE TEÓRICO**

### **2.1. Origem da Agricultura Familiar**

A origem da agricultura familiar tem como base índios, escravos africanos, brancos não herdeiros, mestiços e imigrantes que apesar de diferentes culturas viviam no campo, em posição secundária dentro do modelo de desenvolvimento do País desde sua origem (MARTINS, 1981; ALTAFIN, 2007). Com uma agricultura rudimentar plantada em grandes áreas de roçado em meio à mata, os indígenas foram os primeiros fornecedores de alimentos com mão de obra não escrava na colonização portuguesa no Brasil (RIBEIRO, 2006; ALTAFIN, 2007; GUIMARÃES, 1977). A escravidão foi à primeira forma de relação de trabalho no campo brasileiro, formando o trabalho camponês (OLIVEIRA, 1991).

A agricultura camponesa brasileira nasceu no estigma da precariedade jurídica, econômica e social, marcada pelo rudimentar sistema de produção (BRUMER et. al.1997). Recebeu diversos nomes, como camponês, caipira, roceiro, tabaréu, caboclo, caiçara, expressões que desde os tempos remotos possuem duplo sentido, referindo-se à palavras depreciativas como, rústicos, atrasados, ingênuos, entre outros. A estes camponeses incumbia a abertura de áreas para implantação do cafezal, em troca recebiam o direito de plantar os gêneros alimentícios que necessitassem, podendo vender o excedente aos fazendeiros ou fora da fazenda (ALTAFIN, 2007). Com o passar do tempo estas palavras foram desaparecendo do vocabulário cotidiano, permanecendo apenas nos dicionários dos folcloristas, isso se deu em razão do crescimento das lutas camponesas e a entrada do campesinato no cenário político nacional (MARTINS, 1986).

As lutas camponesas deram visibilidade a complexa questão agrária brasileira, produtora de diferenças sociais tão ou mais expressivas quanto às da sociedade em geral. A discussão sobre a necessidade da reforma agrária e seu modelo, iniciada na década de 1950, mobilizou um conjunto de forças sociais e acirrou o confronto de interesses (GEHLEN, 2004). Tais interesses provocaram mudanças no modelo agrário, priorizando o social, tanto simbólico quanto político. Embora o governo hesitasse em relação à reforma agrária, assumiu que sua implantação reproduziria um modelo familiar (GEHLEN, 2004), possibilitando a emergência dos agricultores familiares como personagens da atualidade (PICOLLOTO, 2011).

Esses personagens passaram por condicionantes políticos e ideológicos no esforço de compreender as especificidades da temática agrária brasileira (ABRAMOVAY, 2007; SCHNEIDER, 2003), que mantinha aberta a questão: como compreender a diversidade interna que caracteriza o amplo conjunto da agricultura familiar? O reconhecimento das formas sociais não dominantes, como a agricultura familiar, inspirou a criação de políticas de apoio que envolveu as formas de agricultura, baseadas na associação entre o trabalho, família e produção, fundamentadas em laços comunitários e natureza étnica (WANDERLEY, 2017).

## **2.2. Agricultura Familiar na Contemporaneidade**

A conjuntura expressa da agricultura familiar é resultado do processo histórico de colonização brasileira, influenciada por acontecimentos políticos, econômicos e sociais. No Brasil, embora a agricultura familiar sempre existisse, até a década de 1990, este termo era quase inexistente (SCHNEIDER; CASSOL, 2013). Com o advento da tecnologia e modernização da agricultura, o processo de produção aumentou gerando divisas econômicas a partir da exportação. Milhares de pequenos agricultores não conseguiram adequar-se ao modelo capitalista de produção, gerando precarização do acesso aos meios de trabalho, ausência de tecnologias, limitação da mobilidade social e pobreza (LAMARCHE, 1997; GROSSI; SILVA, 2002; SILVA; JESUS, 2010).

Por conseguinte, contribuindo de forma negativa, diminuindo a mão de obra, competitividade, organização do trabalho familiar rural, condições excludentes ao incentivo da modernização da grande agricultura, provocando o aumento do êxodo

rural (SILVA; JESUS, 2010). A atividade econômica destes produtores até então não era considerada relevante para o desenvolvimento rural, definida apenas como uma categoria de ação política, fadada ao desaparecimento, devido ao atraso tecnológico, irracionalidade e enraizamento profundo na tradição (MOTA; SCHIMITZ; FREITAS, 2007; NAVARRO, 2010).

O reconhecimento da agricultura familiar é resultado das lutas de movimentos que batalharam por créditos, melhorias de preços, regulamentação da previdência social rural, formas diferenciadas de comercialização, etc. (SCHNEIDER, 2010). Tais lutas ocorreram no período em que o Brasil ingressava no neoliberalismo, no início de 1990. Neste ínterim, a consolidação da Agricultura familiar ocorreu com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e posteriormente, com a Lei da Agricultura Familiar, Lei nº 11.326/2006 (SCHNEIDER, 2010). Após o PRONAF diversas políticas públicas foram instituídas com o objetivo de fortalecer a categoria, conforme (Quadro 1).

Quadro 1 - Políticas Públicas voltadas para a Agricultura Familiar

<b>Nome</b>	<b>Ano</b>	<b>Regulamentação</b>
Formalização do Trabalho Rural	1973	Lei nº 5.889
Política Agrícola	1991	Lei nº 8.171
Propriedade Territorial Rural Imposto e pagamento das dívidas por Títulos da Dívida Agrária	1996	Lei nº 9.393
Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar (PRONAF)	1996	Decreto nº 1.946
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	1998	Lei Comp. nº 93
Programa de Desen. Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR)	2000	Decreto nº 3.508
Programa Garantia de Safra	2002	Lei nº 10.420
Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e repactuação e alongamento dívidas de operações de crédito rural	2003	Lei nº 10.696
Política Nacional de Assist. Técnica e Extensão Rural (PNATER)	2003	Lei nº 12.188
Programa Luz para Todos	2003	Decreto nº 4.873
Programa Arca das Letras	2003	Min. Desenv. Agrário
Sistema Nacional de Sementes e Mudas	2003	Lei nº 10.711
Agricultura orgânica	2003	Lei nº 10.831
Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais	2006	Lei nº 11.326
Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN	2006	Lei nº 11.346
Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)	2006	Decreto nº 5.996
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	2009	Lei nº 11.947
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar / Seguro da Agricultura Familiar (PROAGRO / SEAF)	2009	Lei nº 12.058
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	2010	Lei nº 12.188
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	2011	Lei nº 12.424
Programa Nac. Acesso ao Ensino Tec. e Emprego (PRONATEC)	2011	Lei nº 12.513
Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)	2012	Decreto nº 7.794
Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER)	2013	Lei nº 12.897

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Existem outras políticas públicas que atendem a agricultura familiar, tais como as Leis 8.212 e 8.213 que regem sobre a previdência social, porém atinge outras categorias também. Observa-se que em pouco mais de duas décadas foram criadas

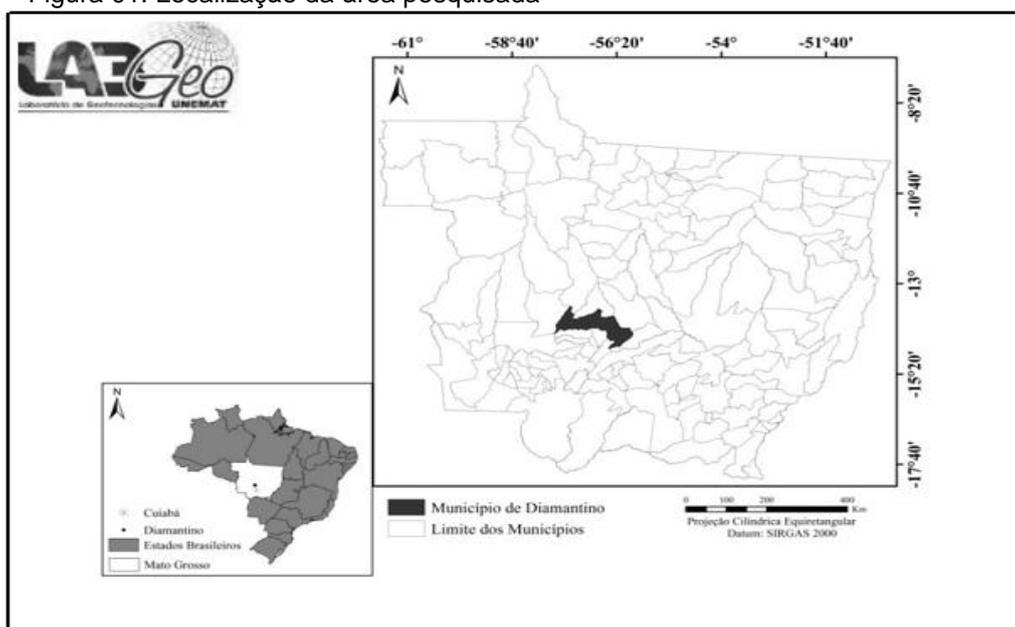
diversas leis visando à manutenção das famílias no campo, produção de alimentos, reconhecendo da importância cultural, social, econômica e ambiental da agricultura familiar para o desenvolvimento do país.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. Área de estudo

A pesquisa foi realizada no município de Diamantino-MT, localizado a 190 km da capital Cuiabá-MT, compõe a microrregião da Chapada dos Parecis, banhada por duas vertentes fluviais - Bacia Amazônica e Bacia do Prata. Possui área de 8.230Km<sup>2</sup>, nas coordenadas latitude 14°24'43" e longitude 56°26'53" (Figura 1). No período de 1719 a 1728 pertencia ao município de Cuiabá e, em 18 de setembro de 1728 se tornou oficialmente município (SILVA, 2011).

Figura 01: Localização da área pesquisada



Fonte: Lab. Geo Unemat (2017)

A população estimada é de 20.341 habitantes, destes 15.895 urbana e 4.446 rural (IBGE, 2010). Possui dois biomas, Cerrado e Amazônia, faz fronteiras com os municípios de São José do Rio Claro, Nova Maringá, Nova Mutum, Alto Paraguai, Nortelândia, Nova Marilândia, Nobres e Campo Novo do Parecis (ATLAS BRASIL, 2013).

### 3.2. Caracterização da pesquisa

Quanto ao tipo a pesquisa se caracteriza como descritiva com abordagem quali-quantitativa. As pesquisas descritivas buscam investigar, analisar, registrar e classificar os fatos ou fenômenos sem a interferência do pesquisador. A qualitativa coleta informações, opiniões, costumes, hábitos e anseios dos entrevistados, enquanto a quantitativa tem como característica quantificar tanto a coleta quanto o tratamento dos dados, por meio de técnicas simples, como percentual, média, fluxo de caixa e outras (RICHARDSON, 1999).

Para análise dos dados quantitativos utilizou-se da distribuição de frequência absoluta e relativa em que o número total de repetições representa a quantidade de vezes que o elemento aparece na amostra, multiplicado por 100. Os dados qualitativos foram interpretados por meio de análise de conteúdo (MARCONI; LAKATOS, 2002).

A pesquisa foi realizada com todos os produtores rurais (25) participantes do projeto (2014/2016) ligados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), vinculados a Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais do Córrego Grande. E também com representantes da Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) e um líder comunitário, indicado pelos agricultores participantes como peça importante na criação dos assentamentos e comunidades existentes na região. A associação está localizada a 11 km do município na comunidade Córrego Grande, composta por associados de várias comunidades, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Distribuição dos participantes por comunidade

<b>Assentamentos</b>	<b>Qtde</b>	<b>Distância da Cidade</b>
PA-Diocese	12	15 km
Comunidade Córrego Grande	04	15 km
PA-Bojuí	03	35 km
Comunidade – Arredores	02	10 km
Comunidade Saltinho	02	15 km
Comunidade Caju	01	10 km
Comunidade Buriti	01	07 km
<b>Total</b>	<b>25</b>	

PA=Assentamento Federal – INCRA

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os instrumentos de coleta foram formulários mistos, aplicados aos agricultores e entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes da

EMPAER e um líder comunitário. Os pesquisados foram convidados a participar da pesquisa, em concordância foi solicitada a adesão ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com garantia de anonimato destes, autorização para registros fotográficos do local e divulgação dos dados fornecidos.

A pesquisa foi submetida à análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e aprovada (Parecer CEP UNEMAT nº 2.2006.228/2017).

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1. Histórico do Município de Diamantino-MT e das comunidades rurais**

Diamantino foi habitado por diversos povos indígenas, Apiaká, Mundurukú, Kayabi (tupi); Bakairi (karíb); Iránxe (alófila); Pareci (aruák); Rikbáktsa (jê); Nambikwara (jê com ramo próprio) e Umútina (jê de ramo bororo) (SILVA, 2011).

Devido à abundância do ouro e diamante foi fundado, inicialmente, por garimpeiros nas convergências do rio Ribeirão do Ouro e Diamantino, denominado Arraial do Ouro do Alto Paraguai, posteriormente chamando de Paraguai Diamantino e por fim Diamantino (SILVA, 2011). A formação de alguns assentamentos e comunidades tradicionais confunde-se com a história garimpeira de exploração da cidade.

O Município possui mais de 1.200 famílias caracterizadas como agricultores familiares (DIAMANTINO, 2016). A região está classificada, nos quesitos área plantada e valor de produção, entre os 10 maiores produtores de soja e algodão e entre os 15 de milho, do país (MAPA, 2015). A história de formação das comunidades foi descrita pelo líder comunitário.

O **PA – Diocese** - pertencia aos padres jesuítas, porém ocupada por garimpeiros, na década de 1960 os jesuítas tentaram recuperar a área expulsando os garimpeiros, no entanto, sem êxito. Com o tempo, poucos permaneceram e os que ficaram fizeram contrato com os jesuítas para exploração da terra.

Na década de 2000 a área foi regularizada pelo Programa Nacional da Reforma Agrária, tornando-se um Projeto de Assentamento Federal (PA). Processo de criação publicado no Diário Oficial da União pela portaria nº10, de 27 de março

de 2006, processo INCRA SR-13, (nº 54240.001384/2006-88, código SIPRA MT. 0756000).

A **Comunidade Córrego Grande** - era de propriedade privada (Antonio Aries – Fazenda Seis Marias), que com o passar do tempo deixou a área e os que ficaram tiveram o direito de posse, sendo a área regularizada na década de 1990. Compõe a mesma área do PA Diocese como famílias tradicionais.

A **Comunidade Buriti** – foi originada, parcialmente, de terra devoluta e particular. Os trabalhadores rurais que estavam sem terra, morando na periferia da cidade, entraram no local, tomaram posse das áreas e no ano de 2000 as terras foram regularizadas por meio de legitimação pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT).

A **Comunidade Saltinho** – terra da prelazia jesuíta, cujo objetivo era a missão Anchieta. Com o fim da missão, as terras foram ocupadas por famílias e a partir da década de 1990 tenta-se em processo judicial a regularização da área pela INTERMAT.

A **Comunidade Caju** – era área particular vendida para o município, foi ocupada por famílias, posteriormente vendida para o estado, e no ano de 2000 por meio do INTERMAT a posse foi regularizada.

O **PA – Bojuí** – era de propriedade privada (Fazenda São João) ocupada por trabalhadores rurais sem terra moradores da periferia do município de Diamantino e outras famílias oriundas do estado do Pará. A ocupação foi considerada a maior mobilização no estado na década de 1990. No ano de 1994 a área foi desapropriada e regularizada pelo Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA). Processo de criação nº 21540.002431/95-35, Portaria nº 63 e identificação nº 9010670081506.

A **Comunidade Arredores** – assim denominada por estar localizada no perímetro urbano da cidade. As áreas foram adquiridas com recursos próprios.

## 4.2. Caracterização socioeconômica dos pesquisados

O Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) estabelece, na resolução nº 59/2013 §3º, que as operações da modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) deve respeitar o percentual mínimo de quarenta por cento de mulheres do total de beneficiários fornecedores.

A Associação dos Mini e Pequenos Produtores do Córrego Grande atende a resolução, pois o percentual de participação da mulher é de 56%, portanto acima do exigido conforme Tabela 1. Este percentual supera os estudos de Rambo (2016), Ramos (2014), Sangalli et. al., (2014) e Oliveira e Bergamasco (2014) que encontraram 41,46%, 41%, 44,9%, 38,90%, respectivamente, de mulheres beneficiárias pelo PAA, sendo que o último não atende a referida resolução.

Tabela 1 – Distribuição da idade dos participantes PAA

<b>Gênero – Idade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Part (%)</b>
Mulheres 30-50	5	20%
Homens 30-50	3	12%
Mulheres 51-70	7	28%
Homens 51-70	7	28%
Mulheres + 70	2	8%
Homens + 70	1	4%
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A participação da mulher tem sido reconhecida no campo por meio de políticas públicas no meio rural, criando garantias em programas como: Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), oportunizando o direito previdenciário as mulheres, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) assegurara o acesso à documentação civil, trabalhista, políticas públicas, fortalece a autonomia e contribui para a igualdade entre homens e mulheres no campo (BRASIL, 1963; MDA, 2004).

A equidade nas relações de gênero, estabelecidas pela Instrução Normativa nº 38/07 do INCRA e lei 12.188/10 do PNATER, objetivam superar as desigualdades entre homens e mulheres, inclusive o direito à propriedade rural. O PRONAF Mulher surgiu para atender as especificidades produtivas, reconhecendo e estimulando o trabalho da mulher na agricultura (BRASIL, 2007, 2010).

Portanto, pode-se afirmar que o trabalho da mulher no campo é decisivo para garantia da segurança alimentar e manutenção da unidade produtiva, sendo necessário que as mulheres participem em igualdade com os homens no diálogo público e tomadas de decisões, já que labutam dia a dia na produção e colaboram efetivamente na reprodução familiar (MENDES et al, 2014).

Quanto à escolaridade, identificou-se que 72% possuem o ensino fundamental incompleto (Tabela 2). Esse dado é superado apenas pelo estudo de Rambo (2016) que identificou um índice de 78,54% também no estado de Mato Grosso. Comparado com os estudos de Lira et. al. (2013) e Sangalli et. al. (2014) os índices são menores 67%, PE e 43,9%, MS, respectivamente.

Tal discrepância no estado de Mato Grosso se dá em razão do alto índice de miscigenação e migração, em que várias famílias ou mesmo pessoas solitárias saíram de suas regiões de origem em busca de terra e melhores condições de vida, e não tiveram a oportunidade de estudo.

Tabela 2 – Distribuição escolaridade dos agricultores participantes do PAA

<b>Escolaridade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Part (%)</b>
Não alfabetizado	1	4
Ensino fundamental incompleto	18	72
Ensino médio incompleto	2	8
Ensino médio Completo	3	12
Superior completo	1	4
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Para o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) a baixa qualificação das pessoas do campo e a ausência de orientação técnica no decorrer do processo produtivo, podem implicar em danos econômicos, ambientais e à saúde, devido ao uso inadequado de insumos (adubos, agrotóxicos, etc) e equipamentos agrícolas tecnificados (IPEA, 2010). Para 84% dos agricultores o trabalho com a agricultura possui mais de 21 anos. Este dado se assemelha com outros municípios do estado, 71,4% em Tangará da Serra (RAMBO, 2016) e 68% em Nova Xavantina (MORAES; SANT' ANA, 2016).

Por se tratar de assentamento era de se esperar tal resultado, uma vez que para ter acesso a terra, por meio de programas, o agricultor deve possuir alguma experiência na agricultura. Quanto ao tempo de residência na comunidade, 36%

estão acima de 16 anos e 8% a menos de 5 anos. Na tabela 3 percebe-se que há uma paridade em relação a idade entre homens e mulheres de 51 a 70 e acima de 70 anos, enquanto que de 30 a 50 anos a diferença é de 7% entre homens e mulheres.

Os jovens entre 15 a 29 anos do sexo masculino predominam, embora com uma diferença de apenas 4% em relação ao feminino. Percebe-se uma média de quatro (4) moradores por família. A faixa etária predominante é a de 51 a 70 anos, tanto para mulheres como homens e população jovem pequena.

Tabela 3 – Distribuição de idade dos residentes por unidade familiar

Pesquisados	Mulheres			Homens			Jovens Fem	Jovens Masc	Crianças Fem	Crianças Masc	Total F
	30-50	51-70	+70	30-50	51-70	+70	15-29	15-29	0-14	0-14	
Família 1		1			1			1		1	4
Família 2		1		1	1			1			4
Família 3		1		2			1		2		6
Família 4	1		1	1			1	1		1	6
Família 5		1			1			1		1	4
Família 6			1	2				1		1	5
Família 7		1	1		1						3
Família 8				1			1	1	2		5
Família 9	1			1					1		3
Família 10		1			1						2
Família 11	1			1			1		2		5
Família 12	1			1					1		3
Família 13					1						1
Família 14	1			1							2
Família 15	1			2							3
Família 16	1			1	1			1			4
Família 17	1			1	1			1	3	1	8
Família 18	1					1		1	1	1	5
Família 19	1	1		1		1				2	6
Família 20		1				1	1	1			4
Família 21	1			1							2
Família 22		1		1	1			1			4
Família 23		1		1					1		3
Família 24	1				1		1	1			4
Família 25				1	1		1	1			4
<b>Total geral</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>20</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Do total dos residentes, 81,18% trabalham na lavoura. Quanto à estrutura das residências, 88% alvenaria, 8% mista (madeira e alvenaria) e 4% madeira, enquanto que em Rambo (2016) estes índices representam 78,54%, 14,28% e 7,14%, respectivamente. A energia elétrica atinge 100% das propriedades, sendo que uma delas também possui gerador.

No tocante a infraestrutura de transporte, 43% possuem veículos utilitários, 37% tem moto, 17% veículo de passeio e 3% nenhum. O sistema de irrigação é utilizado por apenas 20% das propriedades, índice bem abaixo dos encontrados por Scheuer (2015), em que é praticado por 50% dos entrevistados.

Para 68% dos agricultores a renda familiar varia de um a dois salários (Tabela 4), 28% entre 3 e 5 salários (salário vigente R\$ 937,00). Índice semelhante a este foi encontrado por Rambo (2016), em que aproximadamente 71% dos pesquisados atingem renda entre 0,34 a 2 salários mínimos por mês. Todavia Sangalli et. al. (2014) identificaram que 41,6% obtinham renda inferior a um salário mínimo (salário vigente na época da pesquisa R\$ 622,00) e 6,7% superior a três salários mínimos.

Tabela 4 – Distribuição da renda familiar da propriedade

<b>Renda aproximada (R\$)</b>	<b>Qtde</b>	<b>Part (%)</b>
1 a 2 salários	17	68
3 a 5 salários	7	28
Acima de 5 salários	1	4
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em uma pesquisa em Nova Xavantina MT, Moraes e Sant' Ana (2016) identificaram que 64% das famílias possuem renda de até dois salários mínimos por mês.

### **4.3. Caracterização Ambiental**

A rotação de culturas é praticada por 100% dos agricultores. Prática que consiste na alternância ordenada de diferentes culturas, em determinado espaço de tempo, ciclo, na mesma área e na mesma estação do ano (FRANCHINI et. al., 2011). Quando questionados sobre o porquê desta prática, 72% dos produtores disseram que é para evitar doenças e pragas, 16% para a terra não ficar fraca e 12% para aproveitar o espaço.

O uso de fertilizantes orgânicos, provindos de dejetos dos animais criados na propriedade, é praticado por 64% dos entrevistados (Tabela 5). Nos trabalhos de Paulino et. al. (2014) e Scheuer (2015) foram identificados 80,32% e 84,8%, respectivamente. Embora inferior aos estudos apresentados, os dados demonstram conscientização da maioria quanto ao uso. A EMPAER local desenvolve trabalho de conscientização e orientação para melhoria dos resultados.

Tabela 5 – Distribuição do uso de fertilizante na produção

<b>Fertilizante</b>	<b>Qtde</b>	<b>Part (%)</b>
Orgânico	16	64
Químico	4	16
Misto	3	12
Não utiliza	2	8
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Embora haja um trabalho de conscientização, todos declararam usar algum tipo de agrotóxico, principalmente o inseticida 41,7%, o fungicida 33,3% e o herbicida 25%. Alguns declararam usar métodos alternativos como calda de fumo, urina de gado entre outros. No estudo de Debus et. al. (2016) 24,6% fazem uso de agrotóxico, já em Paulino et. al. (2014) 40,98% dos entrevistados relataram presença de doenças ou pragas em suas culturas, contudo, nenhum deles faz uso de agrotóxicos.

Um dado importante, identificado na questão ambiental, é que em algumas propriedades já se iniciou o Sistema Agroflorestal (SAF), cultivo simultâneo de culturas agrícolas e plantações de árvores frutíferas nativas e exóticas da região e ou animais (MONTAGNINI, 1992), contribuindo tanto com o meio ambiente quanto com o sistema produtivo e conseqüentemente gerando renda diversificada.

A sucessão de culturas é o ordenamento de duas culturas na mesma área agrícola por tempo indeterminado, cada uma cultivada em uma estação do ano (FRANCHINI et. al., 2011). Tal prática é realizada por 40% com o objetivo de aproveitar a área de plantio, 12% com intuito de controlar pragas e doenças, outros 12% possuem o sistema agroflorestal sob orientação da EMPAER do município e 36% não realizam.

Outra contribuição ao meio ambiente é que 92% têm área de reserva legal, diferentemente da pesquisa de Sangalli et. al. (2014) em que 55,2% das propriedades possuem reserva legal. Quanto ao plantio de árvores, 64% plantam nativas e convencionais, os demais não o fazem alegando a vasta área de mata na região, conforme apresentado na Figura 2. Debus et. al., (2016) registraram que 59% responderam que possuem reserva legal e mata ciliar.

Figura 2 – Área de vegetação nativa das propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A polinização é um dos principais serviços ambientais de manutenção, regulamentação, reprodução da biodiversidade e amparo aos seres humanos em suas atividades (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT - MEA, 2003). Quando perguntados se percebem a presença de polinizadores, 56,1% declararam ver abelha, 34,1% zangões e 9,8% morcegos, contudo relataram perceber uma diminuição nos últimos anos.

A percepção dos pesquisados corrobora com o MEA (2005), o qual declara que cerca de 60% dos serviços ambientais, analisados durante a Avaliação Ecosistêmica do Milênio, estão degradados ou sendo explorados de forma insustentável. Muitos desses serviços foram deteriorados como consequência das ações para aumentar a oferta de outros serviços, como por exemplo, alimentos.

A fossa convencional é presente em 92% das propriedades, 4% biofossa e convencional e os demais nenhuma. A falta de saneamento adequado gera contaminação do solo, das plantações e da água, o que pode provocar diversas patologias, visto que 37% das propriedades utilizam água de poço caipira, 40,7% captam do rio, represa ou mina.

Dado semelhante foi encontrado por Rambo (2016), em que 57,14% das propriedades possuem poço próprio como fonte de água e 35,71% utilizam rio, córrego ou mina. Tal condição demonstra a vulnerabilidade dos consumidores e das famílias de agricultores familiares, principais responsáveis pela produção de alimentos consumidos diariamente.

Quanto ao destino do lixo doméstico, 46,2% queimam, os demais jogam o lixo em buracos abertos no fundo das propriedades e posteriormente enterram. Resultado superior foi identificado por Paulino et. al. (2014), 68,85% dos agricultores utilizam tal prática. Em relação às queimadas para o plantio, 7,6% alegaram realizar em pequenas áreas. No trabalho de Debus et. al., (2016) 26,8% realizam queima nas propriedades, 14,6% enterram, 34,1% é recolhido pelo município para reciclagem e 24,4% levam ao aterro ou outro destino.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa permitiu identificar que a maioria dos agricultores familiares participantes do PAA em Diamantino-MT, possui idade superior a 30 anos, com ensino fundamental incompleto, renda familiar de até dois salários mínimos, a moradia é considerada boa e todos têm energia elétrica. Quanto ao acesso a água, alguns possuem poço caipira, semi-artesiano e outros captam de rios, córregos e minas. Parte dos agricultores queima o lixo e outros enterram.

Quanto às formas de produção, constatou-se que todos utilizam algum tipo de agrotóxico, seja para insetos, doenças ou erva daninha, contudo adotam também práticas alternativas como o caldo de fumo, urina de gado, entre outros. A maioria realiza adubação orgânica e sucessão de culturas, alguns já trabalham com o Sistema Agroflorestal (SAF's) e outros com consórcio. As queimadas para plantio são realizadas pela minoria e em pequenas áreas.

A maioria das propriedades possui fossas convencionais, uma carência na infraestrutura de saneamento que pode contribuir para contaminação do lençol freático e conseqüentemente nos alimentos por eles produzidos consumidos e comercializados.

A assistência técnica é esporádica. Sugere-se, portanto que novas pesquisas sejam realizadas em todas as propriedades, apresentando um panorama mais detalhado para comparar os dados aqui identificados, a fim de subsidiar os entes públicos na criação de outras fontes de comercialização e melhorias de infraestrutura em geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. - 3. ed. - São Paulo: Edusp, 2007.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <[http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20Iara%20Altafin%20-%202007\\_0.pdf](http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20Iara%20Altafin%20-%202007_0.pdf)>. Acesso em: 22/07/2017.

ATLAS - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Diamantino-MT**. PNUD; FJP; IPEA. Brasília, DF 2013. Disponível em: <[http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013\\_Perfil\\_Diamantino\\_mt.pdf](http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013_Perfil_Diamantino_mt.pdf)>. Acesso em: 22/07/2017.

BRASIL. Decreto nº 3.508, de 14 de junho de 2000. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jun. 2000. p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3508.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3508.htm)>. Acesso em 12/07/2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jul. 1996. p. 11854. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm)>. Acesso em: 09/07/2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - LUZ PARA TODOS e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. p. 130. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4873.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4873.htm)>. Acesso em 09/07/2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 2006. p. 2. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5996.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5996.htm)>. Acesso em: 17/07/2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 2006. p. 2. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5996.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5996.htm)>. Acesso em 13/07/2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 ago. 2012. p. 4. Disponível

em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-014/2012/decreto/d7794.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-014/2012/decreto/d7794.htm)>. Acesso em 26/09/2017.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5, fev. 1998. p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp93.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp93.htm)>. Acesso em 27/08/2017.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. Institui o fundo de terras e da reforma agrária - banco da terra, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 fev.1998. p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp93.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp93.htm)>. Acesso em 13/07/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Art. 19. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jul. 2003. p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.696.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm)>. Acesso em: 17/07/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 ago. 2003. p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.711.htm)>. Acesso em 11/07/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 24, dez. 2003. p. 3. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.831.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm)> . Acesso em 26/08/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul.2006. p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Disponível em 26/08/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18, set. 2006. p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)>. Acesso em 27/08/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17, jun. 2009. p. 2. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm)>. Acesso em: 18/07/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009. Institui no Capítulo XVI – o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar – PROAGRO. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14, out. 2009. p. 2. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12058.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12058.htm)>. Acesso em: 21/07/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2010. p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm)>. Acesso em: 26/09/2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2010. p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm)>. Acesso em: 03/07/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17, jun. 2011. p. 2. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm)>. Acesso em: 14/07/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27, set. 2011. p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm)>. Acesso em: 19/07/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.897 de 18 de dezembro de 2013. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2013. p. 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12897.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12897.htm)>. Acesso em: 26/09/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jun. 1973. p. 5585. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5889.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5889.htm)>. Acesso em: 26/08/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF,

18, jan. 1991. p. 1330. Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8171.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm). Acesso em: 26/08/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20, dez. 1996. p. 27744. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9393.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9393.htm)>. Acesso em: 27/08/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **MAPA**. Produção Agrícola Municipal. 2015. Disponível em:<[http://www.agricultura.gov.br/noticias/soja-e-milho-ancoras-da-agricultura-brasileira/PAM\\_2015.pdf](http://www.agricultura.gov.br/noticias/soja-e-milho-ancoras-da-agricultura-brasileira/PAM_2015.pdf)>. Acesso em: 15/07/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**. A força da agricultura familiar. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/for%C3%A7a-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 01/07/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**. Arca das letras. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/arcadasletras/>>. Acesso em 26/07/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério Do Desenvolvimento Agrário. **Perfil Territorial**. 2015. Disponível em:<[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_158\\_Alto%20Paraguai%20-%20MT.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_158_Alto%20Paraguai%20-%20MT.pdf)>. Acesso em: 24/07/2017.

BRUMER, A; DUQUE, G; LOURENÇO, F. A; WANDERLEY, M. N. B. **A exploração familiar no Brasil**. In: LAMARCHE, H. (Coord.). Agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - **FAO**. O aumento populacional e os desafios da segurança alimentar. 2009. Disponível em:  
<<http://www.fao.org.br/apdsa.asp>>. Acesso em: 19/07/2017.

GEHLEN, I. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural**. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.18, n.2, p. 95-103, 2004.

GROSSI, M. E. D; SILVA, J. G. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná. Vol. 1, p.53, 2002.

GUILHOTO J.M et al. **PIB da Agricultura familiar**: Brasil-Estados. Brasília: MDA, 2007.

GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LAMARCHE, E. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 2.ed. 1997.

LIRA, C.C et al. **Perfil socioeconômico de agricultores familiares no Município de Barreiros-PE**. XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX, 2013.

- MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais.** Revista Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. – 1. ed. – Petrópolis: Vozes, 1981.
- MENDES, M. F. et. al. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 1, p. 71-89, 2014.
- MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT - **MEA.** Ecosystems and human well-being: Synthesis. Washington, DC: Island Press. 2005.
- \_\_\_\_\_. Ecosystems and human well-being: a framework for assessment. Washington DC: Island Press, v. 5. 2003.
- MONTAGNINI, F. et. al. **Sistemas agrofloreatales:** principios y aplicaciones en los trópicos. – 2 ed. rev. y aum. – San José, C.R. Organización para Estudios Tropicales. 1992.
- MORAES, M. D; SANT'ANA, A. L. Características Socioeconômicas do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina-MT: uma análise sob a ótica da adoção ou construção de conhecimentos. **RESR**, Piracicaba-SP, vol. 53, nº 04, p. 589-606, 2015.
- MOTA, D. M; SCHMITZ, H; FREITAS, M. N. Pesquisa e agricultura familiar: contribuição para o Debate. **Raízes**, Campina Grande, v. 26, n. 1 e 2, p. 128–139, 2007.
- NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES J. G; VIEIRA, J.E; NAVARRO, Z. (orgs). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.** - Brasília: Ipea, 2010.
- OLIVEIRA, A. L; BERGAMASCO, S. M. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, Brasil. - **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 925-935, 2014.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. - São Paulo, contexto, 2001.
- PAULINO, É. J et al. A Agricultura Familiar em um Município do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Desenvolvimento Social**, n.13, 2014.
- PEREIRA, M. F. Política agrícola brasileira e a pequena produção familiar: heranças históricas e seus efeitos no presente. **G&DR.** v. 6, n. 3, p. 287-311, Taubaté, SP, Brasil, 2010.

- PICOLOTTO, E. L. **As Mãos que Alimentam a Nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. 289 f. Tese (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. RJ, 2011.
- RAMBO, J. R. **Produzir e vender? O caso do Programa de Aquisição de Alimentos de agricultores familiares assentados da reforma agrária em Tangará da Serra-MT**. 2016. 180 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Agronomia) Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira – UNESP, Ilha Solteira, 2016.
- RAMOS, C. P. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Gênero**, Niterói, v.15, n.1, p. 29-46, 2014.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas São Paulo: Atlas, 1999.
- SANGALLI, A. R. et al. Produção e geração de renda na agricultura familiar: um diagnóstico do assentamento rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 2, p. 180–192, 2014.
- SCHEUER, J. M. et al. Aspectos Socioeconômicos dos Agricultores Familiares da Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant’ana, Mato Grosso. **G&DR** v. 12, n. 1, p. 85-106, jan-abr. Taubaté-SP, 2016.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **RBCS** v. 18 nº. 51 fevereiro/2003.
- SCHNEIDER, S; Cassol, A. **A Agricultura Familiar No Brasil**. Serie documentos de trabajo. Documento nº 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Septiembre, 2013.
- SILVA, J. M. **Diamantino, 283 anos**. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2011.
- SILVA, J. R; JESUS, P. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. **V Connepi**. 2010. Disponível em <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/anais/>>. Acesso em: 01/10/2017.
- SOUZA, M. S et al. **Agricultura Familiar Versus Agricultura Não Familiar**: uma Análise das Diferenças nos Financiamentos Concedidos no Período de 1999 a 2009. v. 42. n. 1. Jan-Mar, 2011.
- WANDERLEY, M. N. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C; BERGAMASCO, S. M. (orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

## BENEFÍCIOS E ENTRAVES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

### ENTRIES AND BENEFITS OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) IN THE MUNICIPALITY OF DIAMANTINO-MT

[Revista NERA]

**Resumo:** O objetivo do estudo foi identificar as percepções dos agricultores familiares quanto aos benefícios e entraves do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Diamantino-MT. A pesquisa caracteriza-se quanto ao tipo descritiva com abordagem quali-quantitativa, os instrumentos de coleta foram formulário e entrevistas semiestruturadas. Objeto de estudo foram todos os agricultores rurais vinculados ao PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) do município. Também foram entrevistados representantes da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER). Os agricultores consideram que esta política pública influencia positivamente, pois garante a comercialização com preço justo, permanência na propriedade, aumento e a diversificação da produção e conseqüentemente a renda, proporcionando ampliação da residência, aquisição de equipamentos, veículo, saldar dívidas e melhorias de infraestrutura em geral. Por outro lado os entraves percebidos foram o baixo valor da cota de comercialização, morosidade na gestão e ausência de assistência técnica no processo de produção.

**Palavras-chave:** Percepção; PAA; Políticas Públicas.

**Abstract:** The aim of the study was to identify the perceptions of family farmers regarding the benefits and obstacles of the *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA), a program of food acquisition in Diamantino-MT. The research is characterized as the descriptive type with a qualitative-quantitative approach, the data collection instruments were form and semi-structured interviews. The study object was all the rural farmers signed in the PAA in the modality named Simultaneous Donation Purchase (SDP) of the municipality. We also interviewed representatives of EMPAER (Company of Research, Assistance and Rural Extension of Mato Grosso). Farmers consider that this public policy influences positively, since it guarantees the fair price marketing, permanence in the property, increase and diversification of the production and consequently the income, providing the enlargement of the residence, acquisition of equipment, vehicle, to pay debts and improvements of infrastructure. On the other hand, the perceived obstacles were the low value of the trading quota, slowness in the management and absence of technical assistance in the production process.

**Key-words:** Perception; PAA; Public policy.

## 1. Introdução

As políticas públicas são instrumentos essenciais para superar os entraves constantes no crescimento econômico, oportunizam à sociedade avanços no desenvolvimento com justiça (DELGADO; THEODORO, 2005), viabilizam o consumo popular, aumentam o poder aquisitivo das famílias e reduzem a pressão da oferta de mão de obra sobre o mercado de trabalho, favorecendo a maior produtividade (BRASIL, 2003). Geralmente envolvem mais do que uma decisão e requer diversas ações, estrategicamente escolhidas, para executar as decisões tomadas (RUA, 2012).

Políticas públicas são análises que provocam respostas às questões: quanto? quem ganha o quê? por que? que diferença faz quando aplicada? (LASWELL, 1936). São um conjunto de ações do governo que podem causar resultados peculiares (LYNN, 1980) e a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de comissão, influenciam a vida dos cidadãos (PETERS, 1999).

A partir dos anos 1990 é que as políticas públicas foram incorporadas ao meio rural brasileiro com maior intensidade, estimulando a participação dos produtores rurais, gerando organização coletiva, contribuindo com a segurança alimentar e perspectivas territoriais (HESPANHOL, 2009). É um campo do conhecimento que busca, quando necessário, colocar o governo em ação analisando aquelas que são variáveis independentes ou dependentes e ao mesmo tempo propor mudanças no curso dessas ações. Por fim, quando uma política pública é desenhada e formulada, geram planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas, que quando postas em ação, são implementadas, acompanhadas e avaliadas (SOUZA, 2006).

Uma das primeiras e a mais conhecida política pública, elaborada para a agricultura familiar, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que permite o acesso a recursos financeiros e programas que beneficiam o agricultor familiar, assentados da reforma agrária e povos de comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2015).

O Programa de Aquisição de Alimentos é um instrumento de política pública que tem como objetivos promover a inclusão social no campo, garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessários às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BECKER; ANJOS, 2010).

O PAA é uma inovação no campo das políticas públicas, pois diferentemente de outras políticas, desburocratiza os processos, dispensa licitação e contribui para a redução da fome, tornando-se uma via de mão dupla, tanto aos produtores quanto receptores dos alimentos. Articula os gastos públicos com a produção advinda da agricultura familiar, estimulando o desenvolvimento, garantindo a comercialização dos produtos e oportunizando o direito humano à alimentação (MENEZES et. al., 2012). Auxilia no abastecimento da rede pública de alimentação, nutrição, ensino, formação de cestas de alimentos e ainda para a formação de estoques públicos (MDA, 2015). Diante do exposto, o objetivo do estudo foi identificar quais os benefícios e entraves percebidos pelos participantes do PAA do município de Diamantino-MT.

Justifica-se em razão da relação das políticas públicas com o desenvolvimento rural que pode intervir nos aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares, e dependendo da forma como é conduzida pode interferir positiva ou negativamente na vida destes agricultores. Portanto, conhecer quais os benefícios e dificuldades pode auxiliar os gestores nas tomadas de decisões para melhorias do programa e ou na criação de novas políticas públicas.

## **2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

Sancionado pela Lei nº 10.696/03, o PAA objetiva incentivar e valorizar os alimentos produzidos pela agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica, social, estímulo à produção com sustentabilidade, o manufaturamento de alimentos e geração de renda (BRASIL, 2003). Promove o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessária às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2011).

Dentre seus principais objetivos está o combate à miséria, visto integrar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e o Programa Fome

Zero advindos de debates ocorridos no Brasil na década de 1990. Busca garantir a segurança alimentar e nutricional da população brasileira que se encontra em situação de risco socioeconômico alimentício, bem como promover o reconhecimento da agricultura familiar (OLIVEIRA; BERGAMASCO, 2014; BRASIL, 2012; MENEZES; SANTARELLI, 2012; GRISA et. al., 2010).

A promoção alimentar compreende a compra governamental dos alimentos oriundos da base familiar, que fornece alimentos às escolas, formação estoque públicos, o fortalecimento dos circuitos locais e regionais das redes de comercialização e o apoio à formação de estoques pelas cooperativas e/ou demais organizações formais da agricultura familiar (BRASIL, 2012; CONAB, 2017).

O Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) é composto por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) (BRASIL, 2007). Os agricultores familiares podem acessar o Programa em diversas modalidades conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

<b>Modalidade</b>	<b>Funcionamento</b>
Compra com Doação Simultânea – CDS	Quando a modalidade é executada por unidade familiar o valor de comercialização é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) e por organização fornecedora, por ano, respeitados os limites por unidade familiar e valor de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
Compra Direta – CD	Quando a modalidade é executada por unidade familiar o valor de comercialização é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e por organização fornecedora, por ano, respeitados os limites por unidade familiar valor de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
Apoio à formação de Estoques – CFE	Quando a modalidade é executada por unidade familiar o valor de comercialização é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e por organização fornecedora, por ano, respeitados os limites por unidade familiar e valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), sendo a primeira operação limitada à R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
PAA Leite	A produção máxima deve ser de 150L de leite/dia e possuir comprovante de vacinação dos animais, com valor de participação até R\$ 4.000,00, por semestre. Caso este valor não seja utilizado totalmente no semestre.
Compra institucional – CI	Quando a modalidade é executada por unidade familiar o valor de comercialização é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ano, por órgão comprador e por organização fornecedora, por ano, respeitados os limites por unidade familiar e valor de até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por órgão comprador.
PAA Sementes	Quando a modalidade é executada por unidade familiar o valor de comercialização é de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) por ano e quando organização fornecedora, respeitados os limites por unidade familiar e valor de até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por órgão comprador.

Fonte: Adaptado de: CONAB (2017).

A CONAB é a operadora do PAA por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED) junto a Secretaria Especial de Agricultura Familiar, do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDS/MDA) (CONAB, 2017). Como regra geral a aquisição dos alimentos dispensa o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, tanto local quanto regional, respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar ou por organização da agricultura familiar (BRASIL, 2012).

Além dos objetivos explícitos no programa, outros benefícios são: distribuição de renda, aquecimento da economia local, exploração mais racional do espaço rural, utilização de sistemas de produção sustentáveis (agroecológico, orgânico), incentivo à agrobiodiversidade, aproveitamento dos recursos, preservação da cultura alimentar regional e valorização das economias de pequenas escala (GRISA et. al., 2001; BECKER et. al., 2009). Isto é, o PAA tem alcançado resultados positivos junto à agricultura familiar, proporcionando segurança de mercado, garantia de preços, autonomia e condições competitivas em relação aos intermediários (GRANDO, 2014).

### **3. Metodologia**

#### **3.1. Área de estudo**

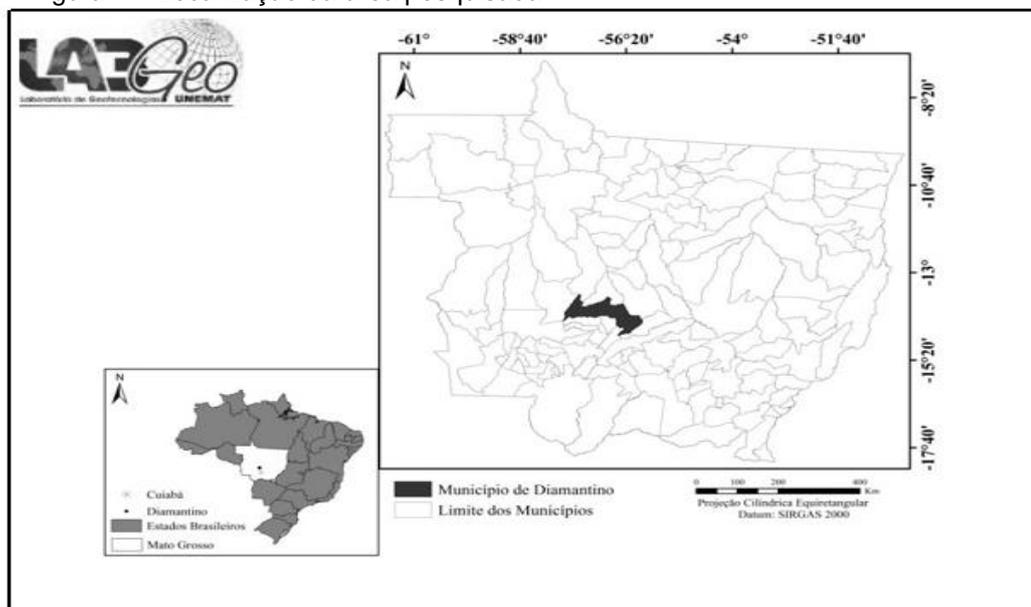
A pesquisa foi realizada no município de Diamantino-MT, localizado a 190 km da capital Cuiabá-MT, compõe a microrregião da Chapada dos Parecis, é banhada por duas vertentes fluviais - Bacia Amazônica e Bacia do Prata. Possui área de 8.230Km<sup>2</sup>, nas coordenadas latitude 14°24'43 e longitude 56°26'53 (Figura 1). No período de 1719 a 1728 pertencia ao município de Cuiabá e em 18 de setembro de 1728 se tornou oficialmente município (SILVA, 2011).

O município possui caracterização macroeconômica diversificada e singular dentro do estado com os setores: indústria alimentícia, suinocultura, pecuária, agricultura, setor de serviços privado e público (SILVA, 2011).

É polo educacional em razão da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECITEC), pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) com

cursos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e UNEMAT e uma faculdade particular, a Faculdade Integrada de Diamantino (FID).

Figura 1 – Localização da área pesquisada



Fonte: Lab. Geo Unemat (2017).

A população estimada é de 20.341 habitantes, destes 15.895 urbana e 4.446, rural (IBGE, 2010). Possui dois biomas, Cerrado e Amazônia, faz fronteiras com os municípios de São José do Rio Claro, Nova Maringá, Nova Mutum, Alto Paraguai, Nortelândia, Nova Marilândia, Nobres e Campo Novo do Parecis (ATLAS BRASIL, 2013).

### 3.2. Caracterização da pesquisa

A pesquisa se caracteriza como descritiva, com abordagem quali-quantitativa. As pesquisas descritivas buscam investigar, analisar, registrar e classificar os fatos ou fenômenos sem a interferência do pesquisador. As pesquisas quantitativas têm como característica quantificar tanto a coleta quanto o tratamento dos dados, por meio de técnicas simples, como percentual, média, fluxo de caixa e outras (RICHARDSON, 1999).

Já as pesquisas qualitativas respondem questões muito particulares, mensurando o nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Atua no universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes da realidade social, distinguindo o ser humano não só por agir, pensar, mas como

faz e interpreta suas ações, provendo um conhecimento mais profundo de um fenômeno, produzindo um alto nível de detalhe (MINAYO et al, 2009; CRESWELL, 2007). Os dados qualitativos foram interpretados por meio de análise de conteúdo (MARCONI; LAKATOS, 2002).

A pesquisa foi realizada com todos os produtores rurais (25) ligados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), vinculados a Associação dos Mini e Pequenos produtores rurais do Córrego Grande e também com representantes da Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) e um líder comunitário.

A associação está localizada a 11 km do município, na comunidade Córrego Grande, composta por associados de várias comunidades conforme apresentado no Quadro 1. Para preservar o anonimato dos entrevistados a identificação foi realizada por números, de 1 a 25.

A fim de demonstrar a movimentação econômica do PAA na economia local dos períodos existentes, os valores foram corrigidos ao valor presente, com base no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), usando a calculadora do cidadão disponível no Banco Central do Brasil (BACEN, 2017b).

Quadro 1 - Distribuição dos participantes por comunidade

<b>Assentamentos</b>	<b>Qtde</b>	<b>Distância da Cidade</b>
PA-Diocese	12	15 km
Comunidade Córrego Grande	04	15 km
PA-Bojuí	03	35 km
Comunidade - Arredores	02	10 km
Comunidade Saltinho	02	15 km
Comunidade Caju	01	10 km
Comunidade Buriti	01	07 km
<b>Total</b>	<b>25</b>	

PA=Assentamento Federal – INCRA; PE Assentamento Estadual - INTERMAT

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os instrumentos de coleta foram formulários mistos aplicados aos agricultores e entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes da EMPAER e com um líder comunitário. Os pesquisados foram convidados a participar da pesquisa, em concordância foi solicitada a adesão ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com garantia de anonimato destes, autorização de registros fotográficos do local e divulgação dos dados fornecidos.

A pesquisa foi submetida à análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e aprovada (Parecer CEP UNEMAT nº 2.2006.228/2017).

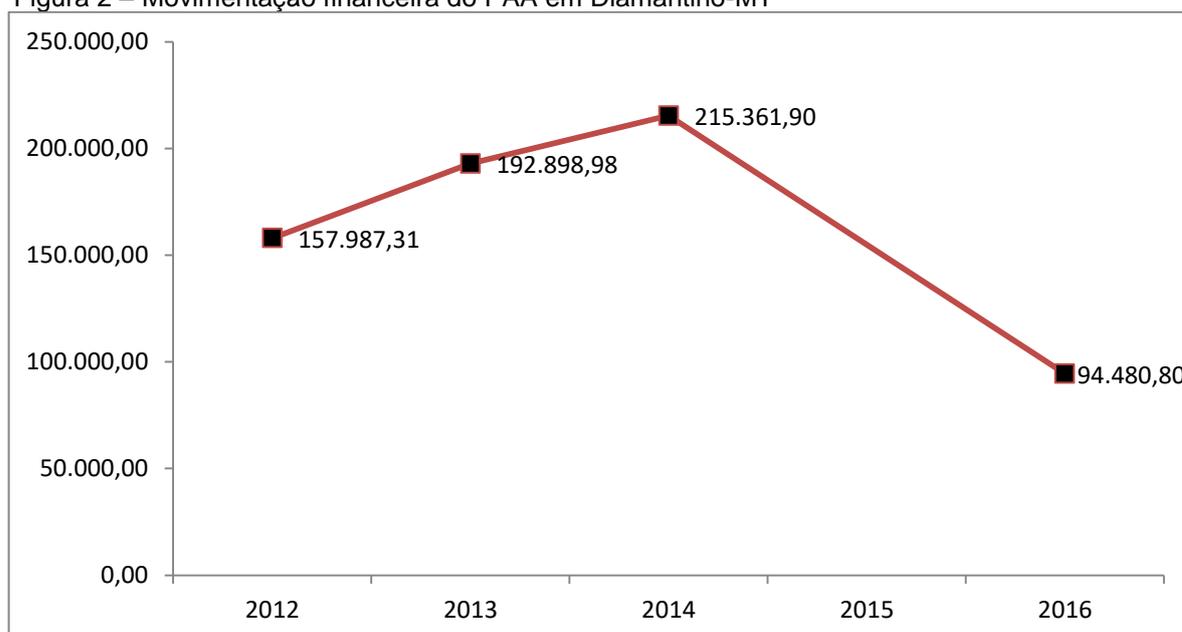
## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1. Histórico do Programa de Aquisição Alimento em Diamantino

Em Diamantino o PAA teve início com a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Gleba Caeté, no ano de 2010, comercializando produtos como: iogurte artesanal, doce de abóbora, doce de leite, limão Taiti e queijo. Os beneficiários eram escolas, associações beneficentes e instituições filantrópicas (CONAB, 2010). No entanto, a Associação desenvolveu outro projeto, interrompendo a continuidade na modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA.

A partir de 2012, a EMPAER iniciou um trabalho de orientação e informação sobre o PAA, uma vez que 92% dos agricultores declaram conhecer o programa através da instituição. Surgindo assim, a Associação dos Mini e Pequenos Produtores do Córrego Grande que aderiu ao programa e está em seu quarto projeto com entregas semanais, o que já movimentou cerca de R\$ 660.728,99 mil (corrigidos com base da taxa SELIC- BACEN) na economia local conforme Figura 2.

Figura 2 – Movimentação financeira do PAA em Diamantino-MT



Fonte. Dados da pesquisa (2017).

Aproximadamente 40 produtores familiares já participaram do Programa, uma média de 26 participantes por projeto. Os produtos comercializados são distribuídos em escolas municipais, instituições filantrópicas e associações.

Contudo, considerando o êxito do programa e o número de estabelecimentos familiares no município 679 (EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL – EMPAER, 2015), apenas 5,9% tiveram acesso ao programa, o que demonstra grande oportunidade de expansão no município.

Já foram produzidos e comercializados mais de 60 gêneros alimentícios, conforme (Apêndice A2). Dentre os de maior produção para o período estão: a banana da terra, abóbora comum, alface crespa, raiz de mandioca e rúcula.

No trabalho de Becker e Anjos (2010), destacam-se as hortaliças e frutas como produtos fornecidos pela maioria das famílias, seguidos dos grãos, raízes, tubérculos e produtos agroindustrializados. Em Debus et. al., (2016) com maior produção: carnes (29,6%), hortaliças (25,9%), panificados (18,5%), frutas (11,1%), massas (11,51%) e outros (3,7%).

Para 56% dos entrevistados a participação na associação tem como objetivo fortalecer a comunidade, 44% participar do programa e garantir a comercialização dos alimentos. Dado similar foi identificado por Carvalho (2017), visto que 50% dos agricultores entrevistados participam da organização fornecedora, como cooperados.

O trabalho coletivo e práticas solidárias entre grupos facilitam o processo produtivo, propiciam melhores relacionamentos com o mercado, instituições, assistência técnica e sociedade de modo geral (LAZZAROTTO, 2002).

A existência da associação ou cooperativa impulsiona o anseio de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva e juntos é possível encontrar melhores soluções para os conflitos que a vida em sociedade exige, do que individualmente (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

Na tabela 2, observa-se que os produtos com maior comercialização no PAA, no período de 2012 a 2016, são banana da terra, abóbora comum e alface crespa. Por outro lado, os com menores são abóbora moranga, cenoura e cará. Já no estudo do Scheuer et. al (2016), em São Jose dos Quatro Marcos-MT, são: banana, mandioca e milho verde. Já em Tangará da Serra-MT a banana, mandioca e abóbora (RAMBO, 2016).

## 4.2. Benefícios do PAA apontados pelos participantes

Um dos benefícios apontados pelos participantes do PAA foi à diversificação dos produtos. 68% dos entrevistados, tal afirmação pode ser percebida no apêndice A2. A variedade possui impacto positivo na diversidade alimentar, seja com a inserção de produtos regionais no cardápio ou mesmo outros que não faziam parte da alimentação, fato também percebido no estudo de Oliveira e Bergamasco (2014).

Outros benefícios apontados foram garantia de comercialização (46,8%), ganho econômico (34,4%) e preço justo (18,8%). Além disso, 80% dos agricultores alegaram que após o ingresso no programa aumentaram a produção.

Rambo (2016) identificou que 92,86% dos entrevistados tiveram melhorias com a participação no Programa e 78,58% obtiveram melhorias no aspecto comercialização da produção. Becker e Anjos (2010) destacam que 50% das famílias pesquisadas afirmaram ter ampliado o número de cultivos a partir do ingresso no programa.

Realidade divergente foi encontrada no estudo de Rossi e Souza (2012), em que não identificaram aumento, estatisticamente significativo, na média da quantidade de produtos comercializados no PAA.

Quanto à contratação da mão de obra, alguns agricultores (16%) alegaram contratar entre uma a duas pessoas para auxílio na produção, enquanto que no estudo de Oliveira e Bergamasco (2014) os agricultores não contrataram mão de obra contratada. Já no estudo de Rambo (2016), 57,14% das famílias realizam a contratação de mão de obra conforme às demandas.

Das famílias entrevistadas, 92% acreditam que o Programa aumenta a perspectiva de permanência, pois para 64% a comercialização para o PAA representa mais de 50% da produção total da unidade produtiva. Em Becker e Anjos (2010) 91,7% dos entrevistados afirmaram que o programa trouxe novas perspectivas para as suas atividades, assim como permanência da família no meio rural.

Realidade similar foi identificada em Paranaíta – MT, por Oliveira e Bergamasco (2014), em que a participação no projeto também estimula o desejo de permanecer no campo.

O programa se mostra efetivo na fomentação e manutenção das famílias no campo, contudo 64% comercializam somente no PAA, enquanto que em Tangará da Serra-MT apenas 35,71% vendem, entre 81 a 100% da produção, para o PAA (RAMBO, 2016). Já Scheuer (2015) em São José dos Quatro Marcos 30,43% confirmaram que comercializaram a produção somente no PAA.

Na tabela 3 observam-se muitos outros benefícios percebidos e apontados pelos agricultores.

Tabela 2 – Realizou melhorias na propriedade depois da participação no PAA.

<b>Respostas</b>	<b>Qtde</b>	<b>Part (%)</b>
Ampliação da casa	1	3,7
Compra de carro	2	7,4
Compra de equipamentos	5	18,5
Pagar contas	3	11,1
Infraestrutura	14	51,9
Não	2	7,4
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Para Becker e Anjos (2010) o Programa exerceu influência positiva sobre os beneficiários, possibilitando a continuidade das atividades tradicionais, proporcionando melhorias e investimentos na unidade produtiva com a renda oriunda do fornecimento de alimentos ao PAA.

Quando perguntados se o programa estimula a produzir mais, 80% alegam que sim, no entanto, ainda existem alguns entraves que poderiam ser amenizados, como outros meios de comercialização local.

E, por fim, quando indagados sobre o que acham dos alimentos serem doados às pessoas em vulnerabilidade alimentar e nutricional, 100% afirmou ser ótimo entrevistado 17 "*bom, pois ajuda quem precisa de alimentos na cidade e nós aqui no campo que também precisamos vender e ter renda*".

#### **4.3. Entraves do PAA percebidos pelos participantes**

Os principais entraves do PAA percebidos pelos participantes foram: o valor da cota de comercialização, morosidade no processo de gestão, pagamento coletivo e a ausência de assistência técnica durante o processo de produção, representando 78,38% dos entrevistados, conforme Tabela 4.

Em Tangará da Serra-MT Carvalho (2017) identificou que 67% dos entrevistados tiveram algum transtorno com a falta e/ou atraso nos pagamentos, 20% consideram os preços defasados, abaixo do mercado.

Tabela 3 – Entraves do PAA percebidos pelos participantes

<b>Descrição</b>	<b>Qtde</b>	<b>Part (%)</b>
O valor da cota de comercialização baixo	16	43,24
Morosidade nos processos de gestão e pagamentos	7	18,92
Ausência de assistência técnica durante o processo de produção	6	16,22
Pagamento coletivo gerando atraso no pagamento individual	3	8,11
Alguns produtos subvalorizados	2	5,41
Falta de custeio inicial para produção	2	5,41
Falta de transporte subsidiado	1	2,70
<b>Total</b>	<b>37*</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2017). (\*) Respostas múltiplas

Fato de destaque é a alegação dos agricultores quanto não terem um local adequado para comercialização dos produtos além do PAA, afirmam que o local existente está escondido, poucos frequentam visto que não tem movimentação e pouca com circulação de pessoas.

Afirmam entrevistado 13 *"o lugar onde foi construída a feira é um local morto, não tem como vender ali"*. Argumentam que *"A prefeitura deveria construir a feira em um lugar aberto de acesso a todos, na avenida principal"*, ou *"deveria voltar ser na rua como era antes"*.

Tais alegações se dão pelo fato de que anteriormente a feira era realizada em frente a uma praça, na rua, o que para eles gerava maior movimentação, circulação de pessoas e venda de produtos.

Outra alegação é o fato de não conseguirem vender no comércio local, devido exigências burocráticas, muitos alegam entrevistado 18 *"querem pagar muito pouco pelos produtos"* e entrevistado 8 *"o município deveria ter uma central para distribuir estes alimentos"*.

No estudo de Becker e Anjos (2010), realizado em municípios do extremo sul gaúcho, há uma similaridade nas alegações, pois mesmo com o fornecimento no PAA, a comercialização para os gêneros produzidos nos estabelecimentos investigados foi apontada como uma dificuldade pela maioria dos agricultores ouvidos.

A reivindicação dos agricultores em aumentar os valores da cota de comercialização demonstra a importância em manter o programa, uma vez que poucas são as formas de comercialização da produção excedente no município. O quadro 2 apresenta algumas falas dos entrevistados quanto a necessidade de melhorar o valor da cota de comercialização.

Quadro 2 – Percepção de alguns entrevistados quanto ao valor da cota de comercialização

Entrevista 8	Ah, deveria ser maior, volta pelo menos o que era antes.
Entrevista 15	Se fosse maior ajudaria mais.
Entrevista 17	Este valor se fosse maior poderíamos produzir mais.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os entrevistados, do quadro 2, alegam que deveria retornar o valor anterior ou aumentar, pois a cota de comercialização do Programa no último projeto (2013/2014) foi de R\$ 6.500,00, já no período da pesquisa foi de R\$ 4.500,00. Tal redução se deu por orientação da CONAB afirmando que, ao manter o valor do orçamento anterior, o objetivo era aumentar a participação de outros agricultores, em nível de estado (EMPAER, 2017).

Quanto aos valores de alguns produtos, no trabalho de Debus et al (2016) no município de Toledo-PR, foi identificado que 71,4% dos agricultores consideram bom o valor pago, distribuídos em todas as categorias de produtos, 33,4% consideram regular, 4,8% ótimo e 4,8% ruim.

O quadro 3 apresenta a percepção dos agricultores quanto a morosidade nos processos de gestão e pagamentos.

Quadro 3 – Percepção de alguns entrevistados quanto à morosidade nos processos de gestão e pagamentos

Entrevista 5	Já entreguei o que produzi, mas não recebi porque tem quem não entregou ainda.
Entrevista 12	É melhor para todos receber conforme entrega.
Entrevista 18	Maior agilidade na prestação de conta para liberar o pagamento.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As alegações dos entrevistados, do quadro 3, são em razão de que muitos produzem e entregam conforme o projeto apresentado à CONAB, recebendo somente quando todos entregam os produtos, sentem-se prejudicados em razão da demora de alguns. A falta de informações sobre o programa, somado ao baixo volume de produção são alguns dos fatores que comprometem a entrega dos produtos, dificultando a liberação do recurso por parte do órgão gestor do programa (SILVA; FERREIRA, 2016). Tais problemas relatados podem resultar em desistência, assim como ocorreu na região de Tangará da Serra, que 86% dos

entrevistados decidiram interromper as entregas da produção para o PAA, alegando atrasos nos pagamentos (CARVALHO, 2017).

A falta de assistência técnica durante o processo de produção também foi registrada como um fator limitante, uma vez que alegaram receber visitas esporádicas apenas da EMPAER local. Realidade diferente foi encontrada no trabalho de Becker e Anjos (2010) (RS), onde 93,3% dos entrevistados afirmaram receber algum tipo de assistência técnica.

No trabalho de Debus et al (2016) (PR), foi identificado que 76% dos entrevistados possuem assistência técnica considerada de boa qualidade. No quadro 4 é apresentada a fala de alguns agricultores quanto a assistência técnica.

Quadro 4 – Percepção de alguns entrevistados quanto ausência de assistência técnica durante o processo de produção

Entrevista 2	Tenho um produto com doença, se tivesse assistência resolveria.
Entrevista 6	Seria bom se tivesse um acompanhamento da produção.
Entrevista 9	Precisa de assistência técnica.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Outro entrave percebido (Quadro 4) foi a ausência da assistência técnica, que na percepção deles, se houvesse maior acompanhamento reduziriam os riscos e as perdas de produção. Corroborando com Sangalli et al (2014) e Sambuichi et al (2014) os quais declaram que a assistência técnica melhoraria a organização e a produção, proporcionando maior qualidade aos produtos e orientando um planejamento produtivo familiar mais adequado (SANGALLI et. al., 2014; SAMBUICHI et. al., 2014).

Quanto a coleta dos alimentos para entrega, o tipo de transporte é de 96% com carro utilitário e 4% carro de passeio. Para 72% dos entrevistados o transporte é realizado por intermediários, 20% pelo próprio produtor e 8% pela prefeitura. Carvalho (2017) identificou que um dos maiores entraves, para participação no programa, é o transporte, optam por interromper suas entregas quando não possuem qualquer veículo de transporte.

Já no estudo de Moraes e Sant' Ana (2016) diversas formas foram identificadas para escoamento da produção, moto 25,9%, carro 18,5%, venda direta no lote 18,5%, caminhão de frigorífico ou armazém 14,8%, carroça 11,1%, ônibus 6,2%, resfriador instalado no lote 3,7% e até mesmo de bicicleta (1,2%).

Por fim as políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento rural e a execução do Programa de Aquisição de Alimentos vem estimulando a agricultura

familiar. A participação municipal, estadual contribui para organizar a intermediação produtiva, comercial, técnica, tecnológica ou mesmo produções agroindustriais locais. O conjunto dessas ações estimularia o desenvolvimento do segmento rural e regional, gerando postos de trabalho, diminuição da pobreza e insegurança alimentar, aquecimento da econômica local, aumentando o PIB e IDH municipal.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa permitiu identificar que apenas 5,9% dos 679 agricultores do município participam do Programa de Aquisição de Alimentos. Cada projeto tem uma participação de 26 agricultores. Programa que movimentou mais de R\$ 420.000,00 mil reais na economia municipal entre o período de 2012 a 2016.

Aproximadamente 60 gêneros alimentícios já foram comercializados. Dentre os alimentos de maior produção para o período estão: a banana da terra, abóbora comum, alface crespa, raiz de mandioca e rúcula. A participação na associação tem o caráter de fortalecer a comunidade e garantir a comercialização dos alimentos.

Um dado preocupante é a dependência do programa, 64% dos entrevistados têm mais de 50% da produção total comercializada pelo PAA. Tal fato é um alerta para o êxodo rural, visto que não tendo condições de se manter o campo, migra-se para a cidade em busca de maior qualidade de vida.

A percepção dos agricultores quanto aos benefícios demonstra que o programa oportunizou o aumento e a diversificação da produção, contratação de mão de obra para auxílio no processo produtivo, benfeitorias na ampliação da residência, aquisição de equipamentos, veículo, saldar dívidas e melhorias de infraestrutura. Outros benefícios foram a garantia de comercialização, ganho econômico, preço justo e perspectivas de permanência na propriedade.

Os entraves de maior identificação percebidos foram: o valor da cota de comercialização baixo, morosidade nos processos de gestão e pagamentos, ausência de assistência técnica durante a produção e o pagamento coletivo gerando atraso no pagamento individual. A ausência de local adequado para comercialização da produção excedente e dificuldades burocráticas para venda local são outras dificuldades registradas pelos agricultores.

Sugere-se, portanto, que novas pesquisas sejam realizadas, com os agricultores familiares em suas propriedades rurais, a fim de formar um panorama

mais detalhado das necessidades e comparar com os dados aqui identificados, subsidiando assim os entes públicos nas melhorias de infraestrutura, gestão e criação de outras fontes de comercialização da produção agrícola familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Diamantino-MT**. PNUD; FJP; IPEA. Brasília, DF 2013. Disponível em:<

[http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013\\_Perfil\\_Diamantino\\_mt.pdf](http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013_Perfil_Diamantino_mt.pdf) >

Acesso em: 22/07/2017.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Calculadora do Cidadão**. 2017. Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4>. Acesso em: 02/10/2017.

BECKER, C. et al. **Políticas públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA**. 47º SOBER, Porto Alegre, RS. 26 a 30 de julho de 2009.

BECKER, C; ANJOS, F. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural: limites e possibilidades do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, p. 61-72, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.

**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 jul. 2012. p. 3. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm)>. Acesso em: 13/08/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Art. 19. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jul. 2003. p. 1. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.696.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm)>. Acesso em: 17/07/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007. Altera a Lei 10.696, de 2 de julho de 2003 art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003 e dá outras providências.

**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2007. p. 1. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11524.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11524.htm)>. Acesso em 03/08/2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Art. 33 o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 out. 2011. p. 1. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm)>. Acesso em: 05/08/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Por um Brasil rural com gente feliz** - políticas agrícolas e programas para os Municípios. 2015. Disponível em: <

[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POR\\_UM\\_BRASIL\\_RURAL\\_COM\\_GENTE\\_FELIZ\\_POL%C3%8DTICAS\\_AGR%C3%8DCOLAS\\_E\\_PROGRAMAS\\_PARA\\_MUNICIPIOS.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POR_UM_BRASIL_RURAL_COM_GENTE_FELIZ_POL%C3%8DTICAS_AGR%C3%8DCOLAS_E_PROGRAMAS_PARA_MUNICIPIOS.pdf)>. Acesso em 03/08/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Manual operativo – PAA**: modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão. SESAN/DECON. v. 1, 2014: Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/manualPAA.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf)>. Acesso em 15/08/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007**. Brasília. 2003.

CARVALHO, K. J. **Comunicação como tecnologia social no programa de aquisição de alimentos em tangará da serra- MT**. 2017. 105f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Strictu-Sensu em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Tangará da Serra, 2017.

CHANIAL, P; LAVILLE, J. L. Associativismo. In: HESPANHA, Pedro et al. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Compêndio de Estudos**: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Resultados das Ações da Conab em 2016. v. 9. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17\\_07\\_18\\_11\\_35\\_03\\_compendio.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_07_18_11_35_03_compendio.pdf)>. Acesso em: 14/08/2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Transparência pública PAA**. Modalidade CPR-Doação, Diamantino, 2010. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultarCPRMunicipio>>. Acesso em 16/08/2017.

CREWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. – 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEBUS, D. et al. Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no município de Toledo – PR. **Revista NERA**. Presidente Prudente. a. 19, n. 32 - Edição Especial. p. 56-71, 2016.

DELGADO, G. C. THEODORO, M. Desenvolvimento e política social. In JACCOUD, L. (org). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea. 2005.

EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL – EMPAER. **Agricultura familiar em números, 1ª Aproximação**. Cuiabá, 2015. Disponível em: <[http://www.seaf.mt.gov.br/documents/195721/4401516/AGRICULTURA+FAMILIAR+EM+N%C3%9AMEROS\\_CARTILHA.pdf/c1debd8d-71ca-49f4-ac1c-71484378d073](http://www.seaf.mt.gov.br/documents/195721/4401516/AGRICULTURA+FAMILIAR+EM+N%C3%9AMEROS_CARTILHA.pdf/c1debd8d-71ca-49f4-ac1c-71484378d073)>. Acesso em 16/08/2017.

GRANDO, M. Z; FERREIRA, G. S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul. **Textos para Discussão FEE n° 113**. Porto Alegre. 2013. Disponível em: < <http://cdn.fee.tche.br/tds/113.pdf>>. Acesso em: 13/08/2017.

GRISA, C et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. Retratos de assentamentos, n. 13, 2010.

GRISA, C et. al. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar**. ASPTA. RJ, Agriculturas, v. 8, n. 3. 2011.

HESPANHOL, R. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na MRG de Dracena (SP)**. Geo, UERJ, a. 11, v.3, n.2. p. 64-87, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades: Diamantino. 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/v4/municipio/510350>>. Acesso em: 07/08/2017.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books. 1936/1958.

LAZZAROTTO, J. J. **Associativismo rural e a sua viabilização**: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR), Enanpad, 2000. Disponível em: < [http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod\\_evento=1&cod\\_edicao\\_subsecao=51&cod\\_evento\\_edicao=4&cod\\_edicao\\_trabalho=4256](http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=51&cod_evento_edicao=4&cod_edicao_trabalho=4256)>. Acesso em 13/08/2017.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif. Goodyear. 1980.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, F. A; BRAIT-POPLAWSKI, L; ROVERSI, M. M. **Elementos do Sistema não Contributivo de Seguridade Social no Brasil**. do plano fome zero ao plano Brasil sem miséria. Brot für die Welt/IBASE. 2012. Disponível em: <[https://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2\\_Downloads/Fachinformationen/Analyse/analyse\\_33\\_p\\_ortugiesisch\\_Elementos\\_da\\_Seguridade\\_Social\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Fachinformationen/Analyse/analyse_33_p_ortugiesisch_Elementos_da_Seguridade_Social_no_Brasil.pdf)>. Acesso em 05/08/2017.

MENEZES, F; SANTARELLI, M. **Elementos do Sistema não Contributivo de Seguridade Social no Brasil**: do plano fome zero ao plano Brasil sem miséria. RJ; IBASE, 2012. Disponível em: < [https://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2\\_Downloads/Fachinformationen/Analyse/analyse\\_33\\_p\\_ortugiesisch\\_Elementos\\_da\\_Seguridade\\_Social\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Fachinformationen/Analyse/analyse_33_p_ortugiesisch_Elementos_da_Seguridade_Social_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 11/08/2017.

MINAYO, M. C. (Org.); DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, 28. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORAES, M. D; SANT'ANA, A. L. Características Socioeconômicas do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina-MT: uma análise sob a ótica da adoção ou construção de conhecimentos. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 04, p. 589-606, Out-Dez, 2015.

OLIVEIRA, A. L; BERGAMASCO, S. M. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso, Brasil.** - Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 925-935, 2014.

PETERS, G. **La política de la burocracia.** México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

RAMBO, J. R. **Produzir e vender? O caso do Programa de Aquisição de Alimentos de agricultores familiares assentados da reforma agrária em Tangará da Serra-MT.** 2016. 180 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Agronomia) Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira – UNESP, Ilha Solteira, 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas** São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S.; COELHO, V. P. **Um panorama do programa de aquisição de alimentos no estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista.** Cadernos do CEAM, Brasília, v. 7, n.1, p. 139-163, 2007.

ROSSI, F. R; SOUZA, H. M. **Os impactos do programa de aquisição de alimentos (PAA) da agricultura familiar de São Carlos, na produção vegetal, na comercialização e na renda dos produtores familiares beneficiários.** Enegep/Abrepo. Bento Gonçalves, RS, Brasil, 15 a 18 de out, 2012.

RUA, M. G. **Políticas públicas.** – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2012.

SAMBUICHI, R. H. R et al. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. A. C.; SAVIAN, M. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas.** Brasília, DF: IPEA, p. 75-104, 2014.

SANGALLI, A. R. et al. **Produção e geração de renda na agricultura familiar: um diagnóstico do assentamento rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul.** Ciência e Natura, v. 36, n. 2, p. 180–192, 2014.

SCHEUER, J.M. et al. **Aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares da associação dos pequenos produtores da região do Alto Sant'ana, Mato Grosso.** G&DR, v. 12, n. 1, p. 85-106. Taubaté, SP, 2016.

SILVA, J. M. **Diamantino, 283 anos.** Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2011.

SILVA, T. C; FERREIRA, P. R. **O Programa de Aquisição de Alimentos sob a Ótica dos Atores Sociais Envolvidos.** Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. a.14, n. 33. p.301-329, 2016.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, a. 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45. 2006.

## **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

O estudo oportunizou a caracterização Socioeconômica, Ambiental e a Percepção dos Benefícios e Entraves dos Agricultores Familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do município de Diamantino-MT.

Realizada com todos os produtores rurais ligados ao PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), identificou que: a maioria dos agricultores familiares possui idade superior a 30 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar de até dois salários mínimos, moradia é considerada boa e todos têm energia elétrica.

Nos formatos de produção todos utilizam algum tipo de agrotóxico, seja para insetos, doenças ou ervas daninhas, também adotam práticas alternativas como o caldo de fumo, urina de gado, entre outros. A maioria realiza adubação orgânica e rotação de culturas, alguns trabalham com o Sistema Agroflorestal (SAF's) e outros com consórcio. As queimadas para plantio são realizadas pela minoria e em pequenas áreas.

Os agricultores consideram que esta política pública influencia positivamente, pois garante a comercialização com preço justo, permanência na propriedade, aumento e a diversificação da produção, conseqüentemente a renda, proporcionando ampliação da residência, aquisição de equipamentos, veículo, saldar dívidas e melhorias de infraestrutura em geral.

Por outro lado os entraves percebidos foram: baixo valor da cota de comercialização, morosidade na gestão e ausência de assistência técnica no processo de produção.

Portanto, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, com os agricultores familiares de Diamantino-MT, a fim de obter outras informações, construindo um panorama mais detalhado das necessidades, comparando e discutindo os dados aqui identificados. Oportunizando aos entes públicos informações que auxiliem nas tomadas de decisões a fim de melhorias de infraestrutura, gestão e criação de outras fontes de comercialização da produção agrícola familiar.

**Apêndice A1****Perfil Socioeconômico**

1. Nome do(a) Entrevistado(a): \_\_\_\_\_

2. A Propriedade esta no nome do(a): ( ) Homem ( ) Mulher Idade:

3. Escolaridade do Entrevistado(a): ( ) Não Alfabetizado ( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio ( ) Superior Incompleto ( ) Superior Completo.

---

4. Quanto Tempo possui de Experiência Agrícola/Agropecuária?

( ) 0 – 5 anos ( ) 6 – 10 anos ( ) 11 – 15 anos ( ) 16 – 20 anos ( ) +21 anos

Outro \_\_\_\_\_

5. Quanto Tempo moram na propriedade?

( ) 0 - 5 anos ( ) 6 - 10 anos ( ) 11 - 15 anos ( ) +16 anos

Outro \_\_\_\_\_

6. Quantas pessoas moram na residência?

( ) Mulheres 30-50 ( ) Mulheres 51-70 ( ) Mais 70

( ) Homens 30-50 ( ) Homens 51-70 ( ) Mais 70

( ) Crianças Masc 0-14 ( ) Crianças Fem 0-14 ( ) Jovens Masc. 15-29 ( ) Jovens Fem. 15-29

---

7. Quantas pessoas trabalham na propriedade?

( ) Mulheres 30-50 ( ) Mulheres 51-70 ( ) Mais 70

( ) Homens 30-50 ( ) Homens 51-70 ( ) Mais 70

( ) Crianças Masc 0-14 ( ) Crianças Fem 0-14 ( ) Jovens Masc. 15-29 ( ) Jovens Fem. 15-29

8. Qual é a infraestrutura de construção da Residência?

( ) Alvenaria ( ) Madeira ( ) Mista ( ) Adobe/pau-a-pique

Outra \_\_\_\_\_

9. Qual é o tipo de transporte existente na propriedade?

( ) Veículo utilitário ( ) veículo de passeio ( ) moto ( ) Tração animal ( ) Nenhum

Outro \_\_\_\_\_

10. Qual a Renda familiar Aproximada?

( ) 1 a 2 SM ( ) 3 a 5 SM ( ) mais que 5 SM

11. Quais as formas de acesso a energia Elétrica?

( ) Rede ( ) Gerador ( ) Não possui

Outro \_\_\_\_\_

12. Possui alguma enfermidade? ( ) Não ( ) Sim

Se sim, Qual \_\_\_\_\_

## Apêndice A1.1

### Perfil Ambiental

1. Qual é o Destino dos dejetos dos animais criados na propriedade?

( ) Sem Uso                      ( ) Esterqueira                      ( ) Adubo                      ( ) N/A

Outros \_\_\_\_\_

2. Faz rotação de culturas?

Sim ( ) Porque? \_\_\_\_\_

Não ( ) Porquê? \_\_\_\_\_

3. Utiliza algum tipo de fertilizante? ( ) Orgânicos      ( ) Químicos      ( ) Misto

Outros \_\_\_\_\_

4. Utiliza: ( ) Inseticida-*Insetos*      ( ) Fungicida-*Fungos*      ( ) Herbicida-*Erva daninha*

( ) Convencional                      ( ) Químico                      ( ) Misto

Se convencional quais \_\_\_\_\_ e  
como \_\_\_\_\_ utiliza/desenvolve

5. Possui área de Conservação Ambiental? ( ) Sim      ( ) Não

6. Planta árvores nativas ou convencionais? ( ) Sim      ( ) Não

7. Tem Observado a presença de polinizadores na lavoura?

( ) Abelhas                      ( ) Zangões                      ( ) Morcegos

Outros \_\_\_\_\_

8. Possui fossa? ( ) Não      ( ) Sim, Qual o Tipo      ( ) Convencional      ( ) Biofossa

Outros \_\_\_\_\_

9. Qual é o tipo de acesso à água?

( ) Poço caipira                      ( ) Poço Artesiano                      ( ) Poço artesiano Comunitário

Outro \_\_\_\_\_

10. Realiza Algum tipo de queimada? ( ) Não                      ( ) Sim, para que

\_\_\_\_\_

11. Realiza algum consorcio de culturas? ( ) Não                      ( ) Sim, Por quê

\_\_\_\_\_

12. Realiza Irrigação da lavoura? ( ) Não                      ( ) Sim

## Apêndice A2 – Produtos produzidos e comercializados para o PAA em Diamantino-MT entre 2012 e 2016

Produtos	2012			2013			2014			2016			T. Período	Part
	Qtd (Kg)	P. unit	Total (R\$)	Qtd (Kg)	P. unit	Total (R\$)	Qtd (Kg)	P. unit	Total (R\$)	Qtd (Kg)	P. unit	Total (R\$)		
Abacate							83	2,74	227	170	3	510	996	0,24%
Abacaxi							13,8	1,93	27	28	2	56	128	0,03%
Abóbora comum	2548,75	1,2	3.059	5555	1,2	6.666	9517,056	1,24	11.801				39.150	9,32%
Abóbora cabotiã										1097	1,55	1.700	2.799	0,67%
Abóbora japonesa	1930	1,4	2.702	5723,5	1,4	8.013							18.371	4,37%
Abóbora menina rajada							5681,19	1,79	10.169	2369,947	1,9	4.503	22.727	5,41%
Abóbora moranga										50	1,4	70	121	0,03%
Abóbora paulista										1842,62	1,65	3.040	4.885	1,16%
Alface crespa	4477,75	1,6	7.164	4068	1,9	7.729	2740,081	2,56	7.015	564,8	6,89	3.891	37.663	8,97%
Almeirão	1260	1,7	2.142	2180	3	6.540	2820,33	2,11	5.951	598,1	3,74	2.237	23.739	5,65%
Banana da terra	1652	1,8	2.974	4898,8	1,8	8.818	8524,689	2,46	20.971	7960	2,86	22.766	78.572	18,70%
Banana maçã										4024	1,85	7.444	11.470	2,73%
Banana nanica										530	1,5	795	1.327	0,32%
Batata doce	960	1,4	1.344	680	1,4	952	1992,39	1,72	3.427	80	1,81	145	9.586	2,28%
Berinjela	1260	1,7	2.142				1657,14	1,85	3.066	300	2,32	696	9.127	2,17%
Berinjela japonesa				557,1	1,5	836							1.394	0,33%
Beterraba extra	299,5	1,4	419										720	0,17%
Brócolis americano	33	1,7	56										91	0,02%
Cará	50	1,5	75							30	4	120	281	0,07%
Carambola	200	2	400				275,17	2,2	605	65	2,2	143	1.695	0,40%
Cebolinha verde	891	3	2.673	980	3,5	3.430	651,4	4	2.606	223	7	1.561	13.033	3,10%
Cenoura	49	1,5	74										124	0,03%
Chicória	130	1,7	221				211	2,5	528	39	5	195	1.333	0,32%
Coco da bahia							500	1,61	805	1063	1,21	1.286	3.657	0,87%
Coentro	640	3	1.920	1159,7	3,5	4.059	473,2	4	1.893	72	7	504	10.738	2,56%
Couve manteiga	1305	2,5	3.263	3016,27	3	9.049	1703,88	3,05	5.197	463,07	5,96	2.760	26.771	6,37%
Feijão verde em vagem				243	2	486				20	4	80	835	0,20%
Inhame branco							200	2,5	500				703	0,17%
Jiló	1850	2,1	3.885	2735,975	1,7	4.651	1678,5	2,14	3.592	515	3	1.545	20.462	4,87%
Laranja							210,79	0,83	175	387	0,9	348	1.123	0,27%
Limão							7162,235	1,79	12.820				19.984	4,76%

Apêndice A2 – Produtos produzidos e comercializados para o PAA em Diamantino-MT entre 2012 e 2016 (Continuação)

Limão rosa	1550	1,3	2.015	3263	1,3	4.242				383	3	1.149	12.608	3,00%
Limão taiti										1676	2,2	3.687	5.365	1,28%
Mamão comum				2232,5	1,7	3.795	3847,6	2	7.695				17.574	4,18%
Mamão formosa										1514,125	2,3	3.482	4.999	1,19%
Mamão havaí	920	1,5	1.380										2.302	0,55%
Maracujá amarelo	80	2,5	200	853	2,2	1.877							3.014	0,72%
Maxixe	700	2	1.400	1552,82	1,65	2.562	1733,775	2,5	4.334	307	4,74	1.455	14.056	3,35%
Melado colonial	100	3,5	350				400	5	2.000				2.859	0,68%
Melancia	5100	0,7	3.570				2440	0,83	2.025	70	1,15	81	13.288	3,16%
Melão amarelo	1100	2	2.200										3.302	0,79%
Melão caipira							317,25	2,6	825				1.145	0,27%
Milho verde em espiga com palha	120	1,7	204										326	0,08%
Mostarda	100	2	200	550	2	1.100	198	2,3	455				2.610	0,62%
Ovos de galinha caipira	4075,0	3	12.225	2157	3,5	7.550							26.013	6,19%
Pepino							3509,328	1,39	4.878				8.389	2,00%
Pepino caipira										1271	2	2.542	3.815	0,91%
Pepino japonês	1720,5	1,6	2.753	3563,375	1,6	5.701							13.741	3,27%
Pimenta doce	8	2	16	1406,5	2	2.813	595,55	2,5	1.489	100	2,5	250	6.687	1,59%
Pimentão	1000	2	2.000										3.002	0,71%
Quiabo	1462	1,9	2.778	2700	1,75	4.725	2109,109	2,5	5.273	877	3	2.631	22.564	5,37%
Rabanete	100	2	200	100	1,6	160							564	0,13%
Raiz de mandioca s/casca	12267,5	1	12.268	503	1,3	654							25.694	6,12%
Raiz de mandioca c/casca				3343,312	0,8	2.675	7849,123	0,9	7.064	4138,083	1,4	5.793	30.866	7,35%
Rúcula	1756	2,5	4.390	3054	3	9.162	3533,405	2,72	9.611	221	4	884	32.623	7,77%
Salsa	815	3	2.445	940	3,5	3.290	347,5	4	1.390	24	7	168	9.437	2,25%
Tangerina ponkan							350	1,43	501	80	2,2	176	1.110	0,26%
Tomate	200	1,5	300										502	0,12%
Tomate cereja	380	2,1	798	1645	2,2	3.619	99,3	2,2	218	20	9,5	190	6.986	1,66%
Vagem	330	2,2	726										1.058	0,25%
<b>Total</b>			<b>86.929</b>			<b>115.153</b>			<b>139.133</b>			<b>78.885</b>	<b>420.099</b>	

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados da CONAB (2017)

## Apêndices A2.1

### Percepção do Agricultor sobre o Programa de Aquisição de Alimentos

1. Como ficou sabendo do Programa PAA - Conab? ( ) Técnico Agropecuário ( ) TV ( ) Sindicato Rural ( ) Empaer ( ) Prefeitura ( ) Rádio ( ) Cooperativa/Associação  
Outro \_\_\_\_\_
2. Por Quais motivos resolveu participar do Programa PAA - Conab?  
( ) Ganho econômico ( ) Garantia de comercialização ( ) Preço justo  
Outro \_\_\_\_\_
3. Quem é responsável por transportar os produtos do Programa PAA - Conab?  
( ) O Próprio Produtor ( ) Intermediário ( ) Sindicato ( ) Associação  
Outro \_\_\_\_\_
4. Qual é o tipo de transporte que realiza a entrega da produção PAA - Conab?  
( ) Carro Utilitário ( ) Ônibus ( ) Caminhão ( ) Moto ( ) Kombi ( ) Van  
Outro \_\_\_\_\_
5. Qual a frequência de entrega dos produtos do Programa PAA - Conab?  
( ) 1x ao mês ( ) 2x ao mês ( ) 3x ao mês ( ) 4x ao mês Outro: \_\_\_\_\_  
( ) 1x ao ano ( ) 2x ao ano ( ) 3x ao ano ( ) 4x ao ano Outro: \_\_\_\_\_
6. Depois que começou a participar do Programa PAA - Conab teve aumento da diversificação dos produtos produzidos?  
( ) Sim ( ) Não
7. Houve melhorias na propriedade depois da participação no Programa PAA- Conab?  
( ) Não ( ) Sim, quais? ( ) Ampliação da Casa ( ) Reforma da Casa ( ) Moto ( ) Eletrodomésticos ( ) Infraestrutura ( ) Compra de Equipamentos ( ) Carro e  
Outro \_\_\_\_\_
8. Depois da participação no Programa PAA - Conab houve aumento da produção?  
( ) Sim ( ) Não
9. Depois da participação no Programa PAA - Conab precisou contratar mais mão de obra?  
( ) Sim, quantos \_\_\_\_\_ ( ) Não
10. Quais as Instituições fornecem orientação técnica quanto a produção e a Gestão do negocio?  
( ) EMPAER ( ) Prefeitura ( ) UNEMAT ( ) SECITEC ( ) Associação/Cooperativa  
( ) IFMT ( ) Secretária de Agricultura ( ) Faculdade FID ( ) SEBRAI ( ) SENAR  
Outros \_\_\_\_\_
11. O Programa - PAA Conab representa quantos (%) da sua Produção?  
( ) 1-10% ( ) 11-20% ( ) 21-30% ( ) 31-40% ( ) + 50% ( ) 100%

**Apêndice A2.2**

## Entrevista Semiestruturada

1. O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA Conab tem como objetivo estimular a produção agrícola familiar. Você acha que o programa atende este objetivo?  
(  ) Sim                      (  ) Não                      (  ) Mais ou menos, Por quê?
- 

2. Os Alimentos produzidos para o Programa PAA - Conab em Diamantino são entregues na modalidade (Doação Simultânea), para entidades e organizações que atendem famílias que estão em vulnerabilidade e risco alimentar. O que você acha disso?  
(  ) Ótimo                      (  ) Bom                      (  ) Mais ou menos, Por quê?
- 

3. Quais são as principais dificuldades para participar do Programa PAA - Conab?  
(  ) Transporte                      (  ) Documentação/Burocracia
- 

4. O que deveria ser mudado no Programa de Aquisição de Alimentos?
- 

5. Qual foi o motivo que o levou a fazer parte da Associação dos Mini e Pequenos Produtores do Córrego Grande?
- 

6. Os filhos moram e ajudam na produção da propriedade? (  ) Não                      (  )  
Sim
- 

7. Quais são os planos dos filhos para o futuro?  
(  ) Permanecer na propriedade      (  ) Ir embora
- 

8. O Programa de Aquisição de Alimentos PAA - Conab fornece uma nova perspectiva de permanência na propriedade? (  ) Sim                      (  )  
Não
- 

9. Quais os Alimentos produzidos que possui maior demanda de entrega?
-